

JORNAL OFICIAL



MUNICÍPIO DE LUÍS GOMES

INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 132 DE 18 DE ABRIL DE 2006 - ALTERADA PELA LEI MUNICIPAL Nº 412 DE 11 DE JUNHO DE 2018
ADMINISTRAÇÃO DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR CARLOS AUGUSTO DE PAIVA - PREFEITO MUNICIPAL

Ano XIX – Edição Nº 2.226 – Terça-feira, 27 de agosto de 2024

SUMÁRIO

PODER EXECUTIVO.....	2
GABINETE DO PREFEITO.....	2
ATA DA TERCEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA VALIDAÇÃO DA PROPOSTA DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE LUÍS GOMES/RN	2
PODER LEGISLATIVO.....	73
GABINETE DO PRESIDENTE	73
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 09/2024.	73
PUBLICAÇÕES A PEDIDO.....	73
Sem matéria para esta edição.	73
EXPEDIENTE	73

PODER EXECUTIVO.

GABINETE DO PREFEITO

ATA DA TERCEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA VALIDAÇÃO DA PROPOSTA DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE LUÍS GOMES/RN



ATA/APODI/CJZ/010-24

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Instituição	Participante	E-mail/Contato
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Dr. Alexandre Fontenelle	alexandre.fontenelle.mi@gmail.com
CMT Engenharia Ambiental	Mariana Pacheco	mariana.pacheco@cmtambiental.com.br
CMT Engenharia Ambiental	Camila Andrade	camila.andrade@cmtengenharia.com.br
CMT Engenharia Ambiental	Dr. João Antonio dos Santos Pereira	joao.pereira@cmtengenharia.com.br
CMT Engenharia Ambiental	Uyara Vasconcelos	uyara.vasconcelos@cmtengenharia.com.br
CMT Engenharia Ambiental	Darlania Leandro	darlania.leandro@cmtengenharia.com.br
CMT Engenharia Ambiental	Ozandir Frazão da Silva Junior	ozandir.silva@cmtengenharia.com.br
CMT Engenharia Ambiental	Izabelly Carvalho	isabelly.carvalho@cmtengenharia.com.br
CMT Engenharia Ambiental	Klinton Melo	klinton.junior@cmtengenharia.com.br
Prefeitura Municipal de Luís Gomes/RN	Servidores públicos e membros dos poderes executivo e legislativo municipal	—
Sociedade civil de Luís Gomes/RN	Vide lista de presença	—



1
ATA/APODI/CJZ/010-24





1. DADOS GERAIS

Data: 07/08/2024

Local: Salão Paroquial da Igreja Matriz de Luís Gomes/RN

Objetivo: Apresentar e validar as Propostas do município de Luís Gomes/RN, correspondente à terceira etapa de elaboração do Plano Diretor Municipal Participativo (PDMP).

Nº de presentes: 73 pessoas

2. PAUTA

- Expor a dinâmica e o andamento da elaboração do Plano Diretor Municipal Participativo de Luís Gomes/RN;
- Apresentar e validar as Propostas do PDMP de Luís Gomes/RN, abordando os seguintes temas: Macrozoneamento Municipal, Zoneamento Rural, Zoneamento Urbano, Quadro de Propostas por Tema, Instrumentos de Política Urbana e Parâmetros Urbanísticos e Edifícios;
- Convocar o poder público municipal e a sociedade civil para, de forma participativa e democrática, contribuir com a construção e aprovação das Propostas do PDMP;
- Ouvir os posicionamentos dos participantes da Terceira Audiência Pública, bem como suas colocações e contribuições acerca das apresentações realizadas pela população de Luís Gomes/RN, em parceria com a equipe multidisciplinar do PDMP em Luís Gomes/RN, durante esta 3ª Audiência Pública.

3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

No dia 07 de agosto de 2024, nas dependências do salão paroquial da Igreja Matriz de Luís Gomes/RN, foi realizada a Terceira Audiência Pública, com o objetivo de apresentar e validar o Documento de Propostas do Plano Diretor Municipal Participativo de Luís Gomes/RN, com a presença de representantes do Poder Executivo Municipal, Poder Legislativo Municipal, servidores públicos, lideranças comunitárias, sociedade civil e equipe técnica da CMT Engenharia Ambiental (CMT).

Inicialmente, a mestre de cerimônias Uyara Vasconcelos (CMT Engenharia) saudou a todos os presentes: “Bom dia, comunidade de Luís Gomes. É com grande satisfação que saudamos e agradecemos a todos os presentes neste evento. Iniciamos neste momento a cerimônia de abertura da terceira audiência pública do Plano Diretor Municipal Participativo, aqui em Luís





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Gomes. O objetivo geral do Programa de Apoio Técnico às Prefeituras para a Elaboração dos seus planos diretores é possibilitar a criação de ações estratégicas que deverão ser implementadas pelo poder público visando o reforço da infraestrutura, serviços e dos instrumentos de gestão administrativa nas municipalidades consideradas, de modo a equipá-las para responder as possíveis demandas que virão com a implantação e garantindo que as mesmas não afetem prejudicialmente a estabilidade da comunidade local como um todo, seja na sede urbana ou rural. Saudamos a presença das autoridades presentes”.

Em seguida, todos foram convidados a ficarem de pé para prestigiarem a execução do Hino Nacional Brasileiro e do Hino Municipal de Luís Gomes/RN.

Logo após a execução dos hinos, Uyara Vasconcelos (CMT Engenharia), convidou o grupo cultural Xaxado Mirim do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo a se apresentar, em seguida o segundo grupo, Maculelê, grupo de jovens do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo.

Ao término das apresentações, a mestre de cerimônias passou os informes gerais e convidou o representante do Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional, Dr. Alexandre Fontenelle, para fazer a abertura da audiência.

Dr. Alexandre Fontenelle, representante do MIDR: “Bom dia a todos. Muita satisfação. Estou aqui representando o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional neste evento que faz parte do projeto de integração do Rio São Francisco e que foi lançado desde 2007. Já temos 14 anos de obra, já temos 477 quilômetros de canais, estações elevatórias, executados e em operação. Bom lembrar que esse projeto começou a atender mais de 12 milhões de nordestinos, como eu, que sou cearense. Trabalho nesse projeto desde 2012, muita honra e satisfação. E esse projeto visa atender às necessidades de água, dar uma segurança hídrica de abastecimento para os estados aqui do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco principalmente. E esse evento aqui do Plano Diretor Participativo se enquadra dentro dos pontos de prioridade do Ministério, de fazer com que os municípios fiquem mais organizados em relação à sua infraestrutura, tratando de questões como a questão do uso e ocupação do solo urbano e rural, a questão do desenvolvimento socioeconômico aqui do município, a questão da mobilidade, a questão do saneamento da habitação e questão da promoção da igualdade étnica e o combate às





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

desigualdades sociais resultantes do racismo, que é um ponto que foi muito importante aqui do Plano Diretor, que está sendo colocado aqui para todos. Muito importante ressaltar a importância de vocês aqui presentes do público para os debates. Será aqui apresentado a proposta desses tópicos que eu falei aqui há pouco, mas é importante que contribuam atentos ao que será colocado para que nessa oportunidade sejam agregados esses pontos no Plano Diretor. Sem a presença da comunidade de vocês, a gente resalta aqui a presença dos quilombolas. ressaltando aqui os quilombos de Lagoa de Pedra, Coati, Lagoa do Mato. Então, a presença de vocês aqui é muito importante. Então, a obra da Transposição não se resume apenas à obra, se resume também a levantar os impactos que toda obra tem. Na sociedade, no meio ambiente. E para isso, o Ministério criou o chamado plano de projetos básicos ambientais que são em torno de vinte e cinco e um deles é esse projeto que está em andamento aqui do Plano Diretor Participativo, muito importante essa palavra participativo, sem a participação o plano diretor não funciona e a gente está trabalhando aqui na obra do Ramal da Apodi e cuja o término deve estar previsto para 2026, no início de 2026 ele entra em operação então nós temos mais um ano e meio de obra para a água chegar aqui na base de Angicos tá então pessoal saúdo a todos vocês presentes saúdo aqui, a CMT com seus técnicos que estão levando esse trabalho muito a sério e com muita eficiência e muita eficácia. Então, obrigado a presença a todos e desejo excelente trabalho e que a gente saia daqui com o Plano Diretor realmente muito eficaz. E vamos ficar acompanhando do Ministério em Brasília, vai estar sempre empenhado em que esse Plano Diretor seja realmente encaminhado para a Prefeitura. E acompanhar junto a Câmara Municipal para que ele seja apoiado para o benefício de vocês, da população, que é o que interessa. Muito obrigado a todos, excelente trabalho e vamos ficar aqui acompanhando. Obrigado”.

Uyara Vasconcelos, mestre de cerimônias: “Gostaria de convidar agora a Coordenadora-Geral do Ramal do Apodi pela CMT Engenharia Ambiental, Mariana Pacheco.”

Mariana Pacheco, coordenadora-geral do Ramal do Apodi (CMT Engenharia): “Bom dia a todos e a todas. Com alegria que eu retorno aqui ao município de Luís Gomes. Estive aqui na primeira audiência com vocês e estou encantada em poder voltar. Feliz de ver essa apresentação tão linda, da força e da nossa cultura, ver representada pelas crianças, que é o nosso futuro, o resgate cultural do que é o nosso sertão. Fiquei encantada com as crianças, a apresentação delas reforça a característica do nosso povo, que é um povo forte, é um povo batalhador. E a apresentação





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

também do grupo seguinte, que mostra a força também da nossa cultura, dos povos que nos formaram, dos povos indígenas, dos povos quilombolas. Então, é muito satisfatório ver essa força toda que a nossa população tem. Nós somos esse povo forte, batalhador, e precisamos sim, estarmos aqui hoje, porque precisamos sim de políticas públicas para este povo, uma condição de sobrevivência, uma condição de qualidade de vida. Então, hoje chegamos aqui neste evento, que é o último evento, a nossa última audiência, do Plano Diretor aqui de Luís Gomes, e com um trabalho participativo de toda a comunidade, da sociedade civil, do poder público municipal, e junto com a nossa equipe e o Ministério, que sempre esteve conduzindo todo o trabalho e ver o resultado. A gente participou, discutiu, estivemos em várias comunidades, com a população, cada um teve a oportunidade de contribuir, de dar as suas sugestões, o que precisa, o que o município precisa avançar, e hoje a gente está trazendo aqui o resultado deste trabalho, que veio lá desde o Diagnóstico até as proposições, então hoje aqui serão apresentadas tudo que foi coletado ao longo desse processo, as proposições, as diretrizes de uso e de ocupação do solo, da cidade que queremos ter, do planejamento territorial, dos programas, eu vi bastante coisa no material sobre os programas que deverão ser desenvolvidos para o bem da população local. E hoje teremos a participação da sociedade civil que participou desse processo, fazendo a apresentação junto com a gente. Então, agradecer muito à população de Luís Gomes pela participação, pelo empenho. Vocês estão de parabéns, porque nós precisamos participar da política pública, nós precisamos participar das instâncias de decisão do município, para que a gente seja ouvido, para que tenhamos as nossas reivindicações ouvidas. Então vocês estão de parabéns pelo processo todo participativo que foi construído aqui, parabenizar também a nossa equipe, pelo empenho, pelo trabalho bonito que vem sendo desenvolvido. A gente acompanha lá de perto o mergulho que eles fazem na cultura, no espaço territorial enquanto rural, para conhecer cada detalhe dos recursos hídricos, do solo, de vegetação, de habitação. Todos os espaços são visitados e diagnosticados para que possamos, junto com vocês, construir um plano que vá representar o que nós queremos, o que a sociedade quer. Então, agradeço a todos e queria desejar a todos também hoje um bom trabalho, que seja produtivo, e com a parceria do Ministério, que o município possa avançar para a implementação deste plano, aprovação e depois implementação deste plano, que tão importante é para o município. Obrigada a todos!”.





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Mestre de cerimônias: “Neste momento agradecemos a Mariana e ao Dr. Alexandre pela fala. Gostaríamos de convidar a Sra. Camila Andrade, coordenadora do processo de elaboração do PDMP (CMT Engenharia), que irá realizar uma breve explanação sobre o andamento dos trabalhos no município e sobre a ordem do dia para esta audiência pública”.

Camila Andrade: “Bom dia. Eu vou fazer aqui um pequeno retrospecto, depois eu vou convidar meus colegas para realizarem as apresentações técnicas para vocês. Obrigada pela presença. Mais uma vez, obrigada. Toda vez que a gente chega aqui estamos sempre agradecendo. Quem aqui esteve presente durante a Oficina de Proposta já conhece o conteúdo, temos os relatores. Então, a gente trouxe, já acolhendo as sugestões de modificação que vocês trouxeram durante a oficina, inclusive em mapa. Então, está aqui o nosso quadro de etapas. Estou sempre relembando o tanto que a gente já caminhou e onde que a gente está. Passamos pela etapa de mobilização, pela etapa de diagnóstico, estamos aqui em propostas. Lembrem-se que toda etapa a gente encerra com uma audiência. Então, essa é a nossa última audiência no município, que é audiência de propostas, daqui, como bem colocou o doutor Alexandre, depois a gente vai, o Ministério vai encaminhar o Plano Diretor para a Prefeitura para que ela encaminhe ao Legislativo para a aprovação, certo? E assim é importante que vocês continuem acompanhando do Núcleo Gestor ativo. Eu trouxe também aqui algumas fotos para a gente se lembrar de alguns momentos aqui no município. Chegamos aqui em fevereiro, final de fevereiro. Tem aqui a chegada com a entrega do ofício do Ministério informando com os trabalhos iniciais, foi feito no passado. E a nossa entrada efetiva que foi aqui em fevereiro. Temos aqui a visita institucional, a gente entregando aqui as minutas dos documentos, dos editais de convocação, regimento das audiências para o prefeito. Temos aqui também as nossas oficinas, aqui a nossa primeira audiência. Temos aqui também, andamos, quem de vocês viram muitos de nós aqui em campo, andamos bastante em campo, justamente para poder trazer o melhor, assim, tecnicamente, para vocês em relação ao Plano Diretor de Luís Gomes. Então tem aqui nossos colegas em campo, aqui a nossa oficina também de Núcleo Gestor, aqui as nossas Leituras Comunitárias, foram onze Leituras Comunitárias aqui no município, as apresentações culturais, Oficina de Propostas, foram muitos eventos que a gente realizou aqui. Quem está no grupo do Núcleo Gestor já me viu falando ontem e falando hoje, há o Diagnóstico que a gente disponibilizou no *site* e temos o Documento de Propostas que a gente disponibilizou no Diário Oficial no *site* e também teve uma cópia na





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

prefeitura para que vocês acessassem. E além disso a gente já fez uma discussão prévia na Oficina de Propostas. Então está aqui os documentos. Aqui ficou na entrada principal lá da prefeitura. A gente avisou bastante. Vocês foram lá dar uma olhada no Documento de Propostas? E assim, além disso, tem esses mapas que estão afixados na parede, as apresentações, as próximas apresentações agora são sobre esses mapas. E também a gente entregou na entrada um glossário para vocês, tal como aconteceu na segunda audiência. Por que a gente entrega esse glossário? Por força da lei, muitas vezes a gente não tem como fugir dos termos técnicos. É um trabalho multidisciplinar, o Plano Diretor é um trabalho enorme, multidisciplinar, com muitos termos que muitas vezes nem entre nós, por cada um aqui ser de uma disciplina, a gente precisa consultar o glossário. Então a gente entregou esse glossário para que vocês, caso algum dos colegas falem alguma palavra que vocês, de repente, não tenham familiaridade, que é normal, vocês consultem que ela vai estar aí no glossário, provavelmente. Essa aqui é a ordem do dia. Primeiramente nós vamos apresentar aqui a proposta de Zoneamento Rural, depois nós vamos apresentar a proposta de Zoneamento Urbano para a cidade e os instrumentos da política urbana. Depois a gente vai ter intervalo para receber as críticas, sugestões para a gente debater o conteúdo e depois aqui a gente vai voltar e vamos começar a apresentação dos quadros de propostas pelos relatores. Cada responsável por tema vai introduzir, lembrar a vocês qual o conceito de cada tema, e os relatores vão ser convidados a vir apresentar as propostas que a gente construiu juntos para Luís Gomes. Então aqui tem os doze temas que vocês já conhecem bem, o uso do solo rural, urbano, o desenvolvimento econômico, mobilidade, saneamento, habitação, saúde, educação, cultura, lazer e desportos, assistência social, segurança pública e defesa civil, promoção da igualdade étnica e o combate às desigualdades sociais resultantes do racismo e a estrutura e a organização da gestão municipal. São doze temas aí. Cadê os relatores? Levanta a mão aí para eu ver. Cadê vocês? Tá faltando gente? Relatores, já já, viu? E assim, quem está aqui, quem vai ser relator e quem teve na oficina lembra da ordem. Que a gente traz a maior meta, a diretriz, a ser alcançada, o programa. Depois a gente traz os programas menores e as ações e vocês vão apresentar as ações aqui. Estão lembrados? Aqui. No caso, vocês não se preocupem que aquela apostila que a gente entregou na Oficina, a gente transformou elas em slide. Vai ter aqui o programa e aqui as ações que vocês vão apresentar. Certo? Que são aquelas que foram apresentadas na oficina. As que foram ajustadas já vieram com ajuste. Viu? Não se preocupem. E é isso. Eu vou agora convidar





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

meu colega João, o geógrafo, que vai começar apresentando o Zoneamento Rural no município pra vocês. Obrigada!”

João Pereira, geógrafo da CMT: “Pessoal, essa parte inicial, como Camila apontou agora, bom dia, perdão, meu nome é João, sou geógrafo. A gente vai tratar das divisões territoriais do município. O município, ele de modo geral, a gente divide ele em zona rural e zona urbana, são essas o que a gente chama aqui de macrozonas. A macrozona urbana é composta pela área, pelo perímetro urbano, tanto da sede, que está sendo proposto, quanto do distrito de São Bernardo, são as duas, os dois núcleos urbanizados aqui do município e todo o resto do território municipal, que não faz parte desses dois perímetros propostos da sede urbana e do distrito de São Bernardo, ele compõe essa macrozona rural. Aqui vocês podem ver no mapa a grande maior parte territorial, a zona rural do município e essas duas manchas aqui em rosa, o distrito de São Bernardo e a sede urbana. Esses mapas também podem ser visualizados aqui nas paredes, impressos e também eles constam no documento que foi disponibilizado tanto na prefeitura quanto no site, no Diário Oficial do município, para que a gente tenha uma visualização do território do município. Dando prosseguimento, cada uma dessas macrozonas, elas vão ser subdivididas em zonas menores de acordo com as suas características. Então, na macrozona, e aí só algumas diretrizes inicialmente para essas duas macrozonas, na macrozona urbana, é onde será permitido o regramento de parcelamento do solo para fins de cobrança de IPTU de infraestrutura urbana. É o Poder Público Municipal que fica responsável por essa regulação, por regular e dispender as licenças para a construção nessa macrozona urbana. E também ele fica responsável por garantir a infraestrutura básica, dotar essa macrozona urbana de infraestrutura básica, Klinton vai abordar isso mais adiante, da importância da delimitação dos perímetros urbanos, porque ele, em via de regra, aponta a necessidade e a obrigatoriedade do município em prover infraestrutura para essa macrozona urbana. Já também na macrozona rural, o município fica responsável por fiscalizar e regular quais são os usos. Então, os usos, geralmente, agropecuários, os usos de proteção ambiental. Então, as atividades que se desenvolvem na zona rural, o município também é responsável por fiscalizar para que a gente tenha um desenvolvimento ao longo do tempo, um desenvolvimento sustentável, pensando em manter tanto os recursos naturais e as atividades econômicas para a estrutura de gerações. Aqui, como eu falei, essas macrozonas são subdivididas em zonas menores, e a gente vai explicar uma a uma aqui mais para frente, de acordo com as





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

suas características ambientais, históricas, culturais, de infraestrutura. Além disso, a gente também está indicando as áreas de diretrizes especiais, que são essas chamadas ADE, que são pontos específicos que, para além das diretrizes do zoneamento, a gente identificou como necessidade ou de proteção, ou de valorização, ou de potencialidade que o município pode desenvolver, de modo com que aquela particularidade seja evidenciada, seja fortalecida no município. E aí, na divisão urbana e rural, a gente tem todo esse rol aqui de subdivisões de zonas. E aí, eu fico responsável por abordar o zoneamento rural, que ele é composto pela zona de proteção ambiental, a zona de atividades agropecuárias, agrícola de interesse social, a zona de atividades agropecuárias e uma zona de restrição e proteção do PISF, da obra do Ramal do Apodi, que é o empreendimento que fez com que a gente viesse visitar vocês e dar esse presente, que é o Plano Diretor, esse instrumento de planejamento para o município de Luís Gomes. Aqui na zona urbana a gente tem um rol de outras zonas, que Klinton, o arquiteto, ele vai, o arquiteto urbanista vai abordar mais à frente, que é a Zona de Interesse Especial, Zona de Expansão Urbana, a de Interesse Histórico e Cultural, a de Qualificação Urbana, a de Especial Interesse Social, a de Urbanização Consolidada, a de Agricultura Urbana, a de Urbanização Controlada, a Zona de Interesse Turístico e a Desenvolvimento Energético em Área Urbana e também tem no Ambiente Urbano a Zona de Proteção Ambiental, como Klinton vai abordar mais à frente. E aí, na macrozona rural, essa é a proposta de zoneamento para a área urbana do município. Também vocês podem observar, ele está aqui impresso nas laterais do auditório. E ele é composto por essas zonas, esse rol de zonas que eu falei anteriormente. E aí aqui o porquê dessa divisão. Essa divisão aqui, ela respeita e ela observa qual é o padrão de ocupação, o padrão de uso do solo na zona rural e o que é que a legislação ambiental, sobretudo, ela indica pra regulação e pra uso do solo rural e uso do solo de modo geral. Então aqui, como a gente tem o município do Luís Gomes, ele é um município bastante preservado em termos de manter a sua vegetação original. Então mais de setenta por cento do município ele é coberto ainda por fragmentos de vegetação. Isso é uma coisa que chama muita atenção para o município e ele até destoa da maior parte dos outros municípios aqui da região. De modo que essa preservação ambiental é muito interessante para manter a qualidade dos recursos ambientais, a qualidade da biodiversidade, da fauna, da flora e o potencial turístico, potencial de exploração também dessa vegetação de modo sustentável. Então tudo isso são diretrizes, no caso, de preservação para essa área de vegetação dessa zona, dessas grandes manchas em verde, em verde escuro, que ele cobre praticamente metade do território, são as





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

áreas onde os núcleos de vegetação se encontram mais consolidados e mais preservados. Então, nessa zona, nessas grandes manchas aqui em verde, é interessante que haja uma preocupação em relação aos usos que podem se dar nela, pensando tanto num uso sustentável como atividades de baixo impacto, por exemplo, a apicultura, o ecoturismo, porque essas regiões estão muito vinculadas àquelas áreas que a gente tem a presença das serras. Então, a gente tem áreas de vista muito bonitas no município, a gente tem a presença. E a constante, digamos assim, atividades de ecoturismo, onde as pessoas fazem muita trilha, fazem trilha de moto, de carro inclusive, na zona rural. Então, é interessante preservar e usar com responsabilidade essas áreas. Para além dessa preservação, a gente tem também a Zona de Proteção Ambiental 1, que é, basicamente, as áreas ao entorno dos cursos hídricos, que é uma faixa de vegetação que precisa ser respeitada, segundo o Código Florestal Brasileiro, a lei ambiental, que ela precisa ser preservada para que a gente consiga manter a qualidade do recurso hídrico, então, dos rios e riachos, a gente abordou isso também na audiência de Diagnóstico, a importância da preservação ambiental nas áreas ao entorno dos cursos hídricos para que a gente tenha tanto manutenção da qualidade e da quantidade da água, que é um bem tão fundamental para o desenvolvimento da sociedade em si. Associado a esses usos, a gente tem também, como a gente está no município, que a maior parte do ano os riachos perdem fluxo, eles secam, então a gente tem uma característica de riachos, a maior parte intermitentes, a gente tem o desenvolvimento da agropecuária muito associado às áreas próximas. Por isso a gente propõe essa zona que é laranjinha aqui, é a ZAIS, é a Zona de Agricultura de Interesse Social. Por quê? Apesar dela se desenvolver nas áreas de proteção, vinculadas às áreas de proteção permanente, elas são aquelas áreas onde a agricultura já se desenvolve. Então, a gente indica para essas áreas que, por exemplo, as culturas permanentes, elas sejam substituídas por culturas temporárias para que o impacto sobre aquele recurso seja reduzido. Também a gente indica a adoção de medidas de proteção e preservação tanto da água quanto do solo com medidas de manejo sustentável, implantação de rotação de culturas, implantação de quintais produtivos nessas regiões para que a gente consiga associar tanto o desenvolvimento da agricultura, sobretudo de base familiar, que é quem bota comida na mesa da maioria das pessoas, de fato, com a preservação ambiental. Para além disso, e aí aqui a gente não está criando novas legislações sobre a questão ambiental, a gente está espacializando o que a legislação ambiental brasileira já aponta para essas regiões. Associadas a isso, tem essas manchas em amarelo clarinho que elas conversam muito onde já se





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

situam à ocupação humana. Então são as áreas onde a gente já tem a presença da agropecuária e das comunidades na zona rural. Essa ainda ela apresenta, de modo que a gente espacializou elas, a gente ainda deixou, a gente busca deixar um espaço importante ainda para o crescimento dessas atividades, mas que essas atividades elas se desenvolvam junto com a assistência técnica, junto com uma consciência ambiental importante para que o desenvolvimento da agricultura e da pecuária não impactar os recursos ambientais, tanto de fauna, de flora, quanto da qualidade da água e do solo, que é o que vai garantir a perpetuidade, a preservação do estilo de vida, do modo de vida, a fixação das pessoas no campo, porque vai dar condição para essas pessoas a viver também na área, se for do interesse dela, viver na área que ela já nasceu e um caso de agravamento do êxodo urbano então, as zonas rurais não conseguem mais manter a sua população, gerando um inchaço, uma pressão importante sobre a zona urbana. Então, por isso que é importante desenvolver a zona rural, mas de forma sustentável e de forma consciente. E, por último, das zonas da macrozona rural, a gente tem aqui, no limite do município junto a Major Sales, a ZRPP, que é a Zona de Restrição e Proteção do PISF, onde são as áreas da desapropriação para a instalação do Ramal do Apodi, são as áreas que vão receber as obras e nessas áreas a gente não pode ter, de fato, pensando na manutenção, pensando na proteção do empreendimento que nos trouxe aqui, para que a gente consiga garantir uma qualidade da água que está sendo transportada, é uma área que, por exemplo, a circulação não é livre, a circulação só pode ser feita nas áreas indicadas e não pode ser realizado a deposição de resíduos sólidos, de lixo, por exemplo. O canal em si, ele não é uma área de lazer, não pode ser acessado por qualquer pessoa por conta do risco de acidente, por conta da importância da preservação da qualidade da água. Então é uma série de usos que são restritos nessa faixa territorial, que é uma faixa pequenininha, menos de um por cento do município. Acho que zero vírgula oito por cento do município é coberto pela área da desapropriação, que é fundamental para a preservação e a manutenção, a garantia da qualidade do recurso que está sendo transportado pelo Ramal do Apodi. Para além dessas zonas, como eu falei um pouquinho antes, a gente tem as áreas de diretrizes especiais, que elas são diversas. Entre elas aqui para o município a gente tem a ADE de Centralidades Rurais, que são as comunidades que tem na verdade a maior densidade, a maior quantidade de residências de população e que elas já apresentam algum serviço público, que elas já fornecem algum serviço público para a população, seja ela escola, posto de saúde, uma igreja, infraestruturas básicas que podem tornar elas, à medida que esses serviços serem fortalecidos, servirem como polos de





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

concentração e de oferta desses serviços para a zona rural, fazendo com que as pessoas não precisem se deslocar o município inteiro, por exemplo, aqui nas áreas mais distantes, para utilizar esses serviços na zona urbana. Então, são essas centralidades. O distrito São Bernardo, a comunidade quilombola Lagoa do Mato, e a comunidade quilombola Lagoa de Pedra, e a Pitombeira. E elas, em função tanto do perfil de deslocamento do município, e a gente sabe que o município é um território grande e com um problema que foi repetido às vezes de abordado de estradas, é interessante que as pessoas consigam ter acesso a esses serviços também na zona rural para evitar, por exemplo, o impacto que uma pessoa de mais idade, que tem uma mobilidade reduzida, ela reduz esse deslocamento para ter acesso a esses serviços. Então é interessante dotar essas comunidades que concentram a população desses serviços. Para além dela, a gente tem a ADE de concentrações rurais, que aqui eu estou propondo sendo a Comunidade Araras, o Alto dos Cândidos, as Baixas, o Baixo e a comunidade quilombola Coati, que elas são, apesar de serem um pouco menores em termos populacionais e em número de residências dessas outras, elas já apresentam a necessidade de dotação de infraestrutura, de calçamento, de saneamento, de esgotamento. E aqui eu queria chamar a atenção para as comunidades quilombolas, Lagoa do Mato, Lagoa de Pedra e o Coati, que as políticas de inclusão e fortalecimento das comunidades tradicionais no Brasil, eles já indicam que as comunidades quilombolas e as comunidades indígenas, elas são prioritárias no planejamento municipal para o recebimento dessas infraestruturas. Pensando em infraestrutura, pensando em dotar as zonas rurais desses serviços, essas comunidades, sobretudo as comunidades quilombolas, elas devem receber a prioridade porque é um direito garantido pela lei nacional, pela lei brasileira de fortalecimento dos povos indígenas e dos povos originários, na verdade, para que essas populações recebam essa infraestrutura, para além dessas ADEs, a gente tem um ADE aqui de interesse ambiental e histórico culturais, que são os elementos culturais e ambientais de grande relevância que tem o potencial de atrair turistas no município, município muito belo, cenicamente e ambientalmente. Então, pra gente é interessante fortalecer a questão do turismo, fortalecer a questão cultural e histórica do município, e esses são alguns elementos na zona rural que atuam nesse sentido. Então, a gente tem o engenho lá na Lagoa do Mato, a Cachoeira do Relo, o Mirante Alto, e aí esse novo ponto que foi nos apresentado agora semana passada na audiência de, na Oficina de Propostas, perdão, que é a Pegada da Nossa Senhora e a Fonte do Cachorro que fica ali perto da Serrinha. A gente não tinha conhecimento disso e foi adicionado, foi pontuado e aí entre as





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

diretrizes dessa ADE é primeiro uma questão de conscientização e educação ambiental para a população, entender a importância desses ativos aqui e conseguir repassar para frente para os turistas, para os visitantes, a importância da preservação desses elementos, associado a isso com a dotação de infraestruturas para que o turista consiga usufruir, consiga chegar lá de forma sustentável. A disposição de lixeiras, por exemplo, é a disposição de resíduos quando as pessoas visitam, porque é uma temática que foi abordada aqui, sobretudo lá na Cachoeira do Relo, quando a gente visitou, a gente observou que as pessoas faziam descarte irregular de lixo, de resíduos. Então, não é interessante que isso aconteça, porque é degradação desses elementos que são tão importantes para a nossa cultura, para o ambiente. Para além disso, a gente tem também um ADE de abastecimento, que é muito importante para o município, que é ela que é um pontilhadozinho azul, e aí vocês podem também ver melhor no mapa que está impresso, que é toda a área de contribuição, que é uma microbacia hidrográfica que contribui quando chove e tem um escoamento para o Reservatório do Dona Lulu Pinto. Então a gente tem uma série de comunidades, de localidades, inclusive o distrito de São Bernardo, ela faz parte dessa microbacia que contribui, a água contribui, o escoamento para esse reservatório. Como ele é o reservatório de abastecimento do município, toda essa área compreendida na área de abastecimento, ela precisa ter uma atenção especial com os usos da terra, por exemplo, a disposição e o uso de agrotóxicos na atividade agrícola, a questão do saneamento básico, sobretudo do distrito, que é a principal ocupação humana na zona rural. Então, o saneamento do distrito, de forma inadequada, encaminha esse esgotamento, esses efluentes para os riachos, que vai, em última instância, chegar no reservatório que abastece a zona urbana. Então, é necessária uma atenção especial para os usos e o saneamento nessa região que contribui para o Dona Lulu Pinto. Para além disso, a gente tem também que aí são esses pontilhados aqui, retos, em vermelho e em vinho, que são as áreas cobertas por processos minerários em pesquisa. Então, o município fica responsável por acompanhar o desenvolvimento caso ocorra alguma atividade minerária e cobrar do empreendedor que está fazendo essa prospecção de ele tanto ter uma atividade que gere menos impacto quanto ele recuperar as áreas que são degradadas de forma compensatória. Basicamente, na zona rural é isso. Aí eu abro para questionamentos, para dúvidas, para perguntas, se alguém tiver alguma contribuição a fazer. Caso não, a gente já segue para um





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

zoneamento urbano. Alguém deseja falar alguma coisa? Vocês conseguiram se ver aqui em termos de município na zona rural aqui? Então a gente segue.”

Klinton Melo, Arquiteto e urbanista da CMT: “Enquanto eu estou falando, se quiserem levantar para olhar os mapas. O mapa de Zoneamento Urbano é esse e esse. O Ozandir também vai passar. Aí qualquer dúvida que vocês tiverem... Bom, então vou começar aqui a apresentação do Zoneamento Urbano. Só lembrando, eu me chamo Klinton, sou arquiteto urbanista, prazer rever vocês aqui. Bom, vamos começar. Vou começar explicando a questão do perímetro urbano, que a gente tem aqui nessa parte onde está tudo coloridinho. Ele é contornado por um perímetro que é a nossa proposta de zoneamento. E a gente considera a realidade atual do município, as tendências de expansão e os pré-requisitos que a gente tem em relação ao planejamento urbano. Mas a gente também leva em consideração a legislação vigente. E nós temos a lei de perímetro urbano da cidade, que é uma lei de 1990. Então é uma lei que está desatualizada. Tanto pela questão do tempo, afinal de contas são mais de trinta anos que foi feita esse perímetro. Aqui no mapa vocês podem visualizar, é esse perímetro que está uma linha preta pontilhada. É o perímetro definido pela lei. E a cidade se expandiu, nesse tempo, são mais de trinta anos. E tem um outro ponto aqui que é muito importante, eu acho que vocês vão se lembrar quando eu apresentei isso na parte do Diagnóstico, que é a lei do perímetro, ela ultrapassa os limites entre estados. Então tem uma parte do perímetro urbano definido por lei que está passando para o lado da Paraíba, ou seja, está interagindo com o território de Uiraúna. em relação a isso também, porque a gente não pode direcionar políticas públicas do município, os recursos do Luís Gomes, para um outro território que além de ser uma cidade vizinha é um estado vizinho, é outro estado. Isso é uma questão que não é simples de resolver. Se fosse só uma questão intermunicipal já não seria simples, mas como é uma questão interestadual é mais problemático ainda, discussão que ela é levada para uma esfera nacional. Então a gente vai se conter aqui em fazer o planejamento para a área que pertence de fato a Luís Gomes, que está dentro do Rio Grande do Norte. Então vou começar explicando aqui as zonas da nossa proposta. Começando por onde a cidade se iniciou. O início da ocupação de Luís Gomes se deu justamente aqui nessa parte central, onde a gente está aqui próximo da igreja, que é onde existem as edificações mais antigas, são os prédios que, enfim, datados do início do século XIX, mas Luís Gomes já tem ocupação desde o século dezoito, que são muito antigas da cidade. E aí a gente concentra nessa parte central aqui, essa





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

parte que tá em amarelo, um mostarda, a gente tá identificando como uma Zona de Interesse Histórico Cultural, que é justamente onde ele vai ter diretrizes específicas que busca a preservação e valorização desse patrimônio da cidade, que é muito importante que seja valorizado, porque para as pessoas existe um sentimento de pertencimento, de identificação com esse espaço e que conta a história de Luís Gomes. Então é importante que isso seja preservado e essa zona específica vai ter diretrizes específicas voltado para esse olhar. Num amarelo mais clarinho, nós temos a Zona Urbana Consolidada. É claro que a zona urbana consolidada não se limita somente aqui, na parte amarela. Mas é porque as outras áreas vão ter outras diretrizes que a gente vai apresentar mais adiante. Mas a zona urbana consolidada é a parte da cidade onde já possui uma infraestrutura adequada. O arruamento já está adequado, as ruas são pavimentadas, tem calçadas, tem iluminação pública. Já essa já tem uma ocupação consolidada, as casas já estão ocupando os lotes. Na sequência, nós temos a ZQUA, que é esse laranja, que é essa é a Zona de Qualificação Urbana. São áreas da cidade que já possuem ocupações, já tem o arruamento, mas que falta uma melhor qualificação. As ruas muitas vezes não estão pavimentadas, as calçadas estão deterioradas ou às vezes não existe, falta espaços públicos, equipamentos comunitários, melhorar esse ambiente urbano e qualificar, por isso que se chama Zona de Qualificação Urbana. Nós temos também dentro da área urbana áreas da cidade que tem características semelhantes a rurais, que são práticas, por exemplo, agrícolas. Então nós temos a zona de agricultura urbana. São áreas que estão inseridas dentro do período urbano e que tem essa cultura ou de criação de animais ou de plantio, e que é interessante que seja preservado também, tanto pela sustentabilidade que esse uso do solo traz, quanto também para a economia, para a qualidade de vida da população, para a alimentação. Então é interessante que a gente mantenha essas áreas que estão identificadas aqui. Só pra ficar mais claro, eu esqueci de explicar no início, só pra vocês entenderem melhor esse mapa. Aqui, ó, essa parte aqui é a entrada da cidade, é ali a Avenida Senhora Santana. O centro da cidade, a prefeitura, a igreja, tá nessa área aqui. Aqui é o caminho que vai lá pro Coati. Aqui é o caminho que vai pra Cachoeira do Relo. Aqui é o Deda Torquato, aqui São José, Sol Nascente, José Pereira de Sá, Mirante. Deu pra entender? Agora eu vou continuar a parte do saneamento. Nós temos também, nós identificamos ZEIS, que são as Zonas de Especial Interesse Social. Essas áreas, elas rebatem justamente onde no diagnóstico a gente identificou assentamentos precários. São as áreas da cidade onde o urbanismo, a urbanização é mais precária, faltam equipamentos públicos, a população é mais vulnerável, onde foi identificada





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

moradias mais precárias, as habitações são mais precárias, precisando de ajuste. E essas áreas foram identificadas ali, próximo ao... entre o Deda Torquato e São José, existe uma área aqui no mapa, ela vem identificado com esse rosinha, tá vendo? Nós temos no bairro Sol Nascente, uma parte aqui próxima ao Centro também, já ali na saída, sentido São Bernardo, do lado esquerdo, temos aquela área ali também que tá faltando infraestrutura. As ruas não têm pavimentação, não tem, o saneamento básico tá precário também, então a gente identificou. E temos também essa área aqui que fica ali próximo ao cemitério, próximo ali da caixa d'água, próximo ao cemitério, que é uma área, é uma ocupação já antiga da cidade, mas que tem umas ruas muito estreitas. A gente percebeu também que tem um assentamento demográfico alto. Ou seja, tem muitas famílias morando em uma única habitação. Isso tudo indica uma necessidade de um olhar de interesse social maior, para que políticas específicas, diretrizes específicas para essas áreas da cidade sejam direcionadas nesse planejamento. E outro ponto muito importante, que aí eu vou complementar junto com essa outra zona cinza que está aqui do lado, é a questão, isso que eu comentei no início, de que essa área da cidade aqui, ela está justamente no limite entre os estados. E a gente não incentiva que a expansão continue acontecendo para aquele lado, justamente porque o poder público não tem como ele direcionar recursos para um território que não pertence. Então a gente cria também uma política para limitar de que se ultrapasse o limite entre os estados e a gente também, na parte de proposta, a gente faz propostas específicas para sinalizar de alguma forma o limite exatamente. A partir daqui começa a Paraíba e daqui para cá é o Rio Grande do Norte. Então, nós temos também uma ZEIS aqui. E, complementarmente, às Zonas de Especial Interesse Social, nós também direcionamos uma reserva para as próximas habitações populares que forem ser implementadas, programas como Minha Casa Minha Vida, programas da FUNASA, que forem implementar casas populares a gente direciona uma área de reserva, que o poder público tem uma reserva para implementar essas políticas. Então a gente colocou aqui nessa área que tá em roxo, com roxo aqui, um violeta, próximo entre o São José e o Sol Nascente, é uma área que já tem um loteamento desenhado, ainda tem poucas ocupações lá, mas que é possível que seja direcionado que é justamente essa reserva quando não tiver mais espaço nessa ZEIS 1 para implementar as habitações de interesse social, tem essa área de reserva que atende à demanda habitacional da cidade de Luís Gomes, do município na verdade, a assistência social passou para a gente que existe uma lista de famílias, oitocentos e trinta famílias que estão na fila. Isso para o município todo, quer dizer, assim, é um número significativo para o





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

déficit habitacional. E a gente direciona essa área aqui, que caberia, já descontando a parte de arruamento, a parte que é pública, caberia oitocentos e sessenta unidades habitacionais de quarenta e oito metros quadrados, que é uma média mais ou menos dessas casas populares. Bom, continuando. Assim como na zona rural, nós temos a ZPAM, que são as Zonas de Preservação Ambiental. Temos a ZPAM 1, que é justamente as áreas de proteção permanente. São as áreas que estão no entorno dos corpos hídricos. O nosso código florestal, ele apresenta o afastamento mínimo necessário para vegetação, para mata ciliar desses corpos hídricos que devem ser preservados. Então a gente indica que temos o Riacho da Pá, tem aqui próximo ao Açude do Boqueirão, temos algumas lagoas aqui na cidade também. Então essas áreas elas estão sendo indicadas aqui como a ZPAM 1, essa parte verde mais escura. E na ZPAM 2 nós temos uma área de proteção também, mas ela é mais branda, é permitido aqui esses outros usos, desde que seja sustentável, mas a gente indica que seja mantido a vegetação nativa e também o reflorestamento das áreas que já foram degradadas. É esse verde mais clarinho aqui que a gente está indicando em alguns pontos da cidade e que já tem essa característica. Então a gente está preservando isso também. Nós temos a zona de interesse especial, a ZEIS, que aqui está sendo indicado essa parte, um pontilhado verde aqui, que fica entre o bairro Deda Torquato e o São José. É uma área que é suscetível ao alagamento, então a gente não indica que seja ocupado, que não tenha ocupações, edificações nessa área, mas é uma área que como não tem um alagamento permanente, são em períodos específicos do ano, é possível que a gente direcione os específicos, por exemplo, de criação de um espaço público, um parque para a cidade, uma área verde onde as pessoas possam levar a família para fazer um piquenique, fazer um passeio numa área verde, então cria também esse contato com a natureza e é importante destacar que todas as nossas propostas aqui de Luís Gomes, elas se pautaram muito na busca por preservar e incentivar o turismo em Luís Gomes, porque a gente percebeu aqui um grande potencial turístico. Tem paisagens maravilhosas aqui, essa vista da serra daqui de cima, temos a cachoeira, temos o mirante, então todas as propostas aqui a gente buscou ter esse olhar de atrair o turismo para a cidade e isso movimenta a cultura, movimenta financeiramente, as pessoas vão conseguir ter mais trabalho, ter mais oferta, oferecer mais serviços, então isso eu acho que a gente vê como um grande potencial para melhorar o desenvolvimento da cidade como um todo. Do município. Temos aqui também, nós indicamos a zona de expansão, a Zona de Expansão Urbana 1 é justamente as áreas da cidade que já possuem essa característica, são áreas da cidade que já estão nesse processo de expansão. Aqui está sendo





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

indicado nessa parte vermelha, um pouco rosada aqui é o José, ali no bairro José Pereira de Sá, que já tem alguns loteamentos, então tem, os arruamentos já estão feitos, tem oferta de terreno, está propício porque a expansão acontece para aquele lado e a gente, a partir desse zoneamento é um incentivo de que o zoneamento aconteça para cá porque é onde ele justamente está propício. Tem essa outra área aqui que é próximo ao mirante também está se expandindo, já tem alguns arruamentos para aquela área, então ele está adequado. Tem uma outra área aqui, uma pequena área, na rua, é uma das últimas ruas aqui atrás ali da prefeitura que tem uma, já está no limite entre urbano e rural, mas que também, como está localizado no Centro e que ainda não está ocupado, então a gente também indica que seja ocupado pelo menos aquela faixa ali da rua, considerando que está adequado, com toda a infraestrutura adequada ali. Temos também a Zona de Expansão Urbana 2, que é, pensando a longo prazo, à medida que essa Zona de Expansão Urbana 1 for ocupada, quando ela tiver com setenta por cento da área dela ocupada, aí a cidade começa a se expandir para a Zona de Expansão Urbana 2, que a gente está indicando aqui, essa área próxima ali ao Deda Torquato e essa área que vai para a Cachoeira do Relo. O caminho ali para o conjunto Cidade Nova é uma área que fica muito afastada da cidade, então ele não tem uma continuação da cidade, eles ficam muito afastados, muitas vezes nem parece que estão dentro da cidade, então a gente incentiva que seja feita essa conexão aqui entre o conjunto Cidade Nova e o centro da cidade, então a gente incentiva aqui como a Zona de Expansão Urbana 2. Temos também a zona de interesse turístico, que é mais especificamente a parte ali do mirante. É um espaço público que tem uma infraestrutura bacana, adequada, e que a gente, nesse pensamento de incentivar o turismo, e que a própria população também utilize desse espaço público, a gente cria esse zoneamento que vai ter diretrizes específicas, justamente para valorização e incentivo ao turismo. Aqui do lado nós temos a Zona de Desenvolvimento Energético em Área Urbana. Isso aqui foi passado para a gente pelo poder público que vai ser implementado uma usina de companhias solares para energia solar que vai alimentar os prédios públicos da cidade a priori, no primeiro momento. Então essa área aqui também está sendo indicada com diretrizes específicas para proteção tanto do empreendimento quanto também da população, no sentido de segurança para o uso adequado dessa área. E, por último, nós temos a ZUCON, que é essa parte cinza aqui, é uma parte da cidade que não está ocupada ainda, que está quando você segue ali a rua saindo da prefeitura, você segue sentido caixa d'água, aquela rua ela desce e um pouco mais para frente já tem um loteamento que já tá pro lado da Paraíba, já não é mais Luís





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Gomes, apesar das pessoas se reconhecerem como, como estando em Luís Gomes, o limite mesmo já não é mais, pertence a Paraíba, pertence a Uiraúna. E ao lado nós temos essa parte verde aqui, essa parte cinza, que não está ocupada atualmente, mas a gente indica a urbanização controlada justamente para que se controle, que tenha esse cuidado de não ultrapassar o limite entre estados e que tenha uma ocupação adequada para a característica local ali também. Então a gente também indica diretrizes específicas para essa zona, complementarmente às zonas, vocês podem ver que as zonas não se sobrepõem, está uma do lado da outra ali, justamente porque cada uma tem uma diretriz específica de uso e ocupação do solo. A gente tem as ADEs, que são as áreas de diretrizes específicas, que elas sim, elas podem se sobrepor às zonas, porque não vai ter conflito de diretriz. Então, nós temos aqui a ADE. Primeiramente, vou comentar da ADE Adequação de Drenagem, que é esse ponto azulzinho aqui, em um ponto específico ali na Avenida Senhora Santana, que como a gente apresentou no diagnóstico, era uma área que estava passível de alagamento, quando tem período de inverno que chove muito, existe um ponto específico que tem o extravasamento da água e uma parte ali fica alagável, então a gente indica essa ADE que tem diretrizes específicas justamente para a adequação da drenagem, é uma questão de infraestrutura mesmo que precisa ser adequada. Nós indicamos também aqui um ponto roxinho aqui que fica logo na entrada da cidade, que é a ADE do Terminal Rodoviário. Como a gente está indicando que o Luís Gomes tem esse potencial turístico, a gente tem que possibilitar que os turistas cheguem na cidade. Então a gente está indicando que seja construído um terminal rodoviário que pode servir para os outros transportes que tem na cidade também, tem o transporte alternativo, os carros de passeio, tem os moto taxistas também que não tem um ponto específico adequado, então eles também podem oferecer os serviços deles nessa ADE do terminal rodoviário e a gente está indicando ela aqui na Avenida Senhora Santana justamente pela facilidade de acesso, como ele já está perto da rodovia, não precisaria dos ônibus entrarem na cidade e trazer conflito de trânsito, enfim, do tráfego dos carros na cidade. Então a gente tá indicando nessa parte aqui. Nós temos aqui essa ADE de interesse turístico, se vocês quiserem olhar no mapa impresso, pra vocês enxergarem melhor, mas é essa parte aqui, é uma ranhura em vermelho que se sobrepõe às outras zonas. Eu vou explicar agora. É uma área da cidade que tem um grande potencial, porque é justamente desse ponto aqui, a gente tem toda aquela vista das serras lá no fundo, então ela tem um potencial paisagístico. E aqui a gente está indicando essa ADE para a criação de trilhas ecológicas, incentivando também, tendo essa visão de incentivar o





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

turismo e também saindo lá do próximo ali do Conjunto Guilhermão, é uma área da cidade. Essas trilhas seriam implementadas onde atualmente já existem trilhas, as pessoas já passam por ali, mas que não tem esse caráter voltado para o turismo, para incentivar que as pessoas circulem por ali de fato e apreciem os bens ambientais, o potencial paisagístico que tem nessa área. Então a gente indica que seja criado essas trilhas ecológicas, que todas elas vão ligar justamente ao mirante que é o atrativo turístico principal da área urbana. Mas aí vocês podem questionar, mas como que vai implementar isso passando dentro do terreno das pessoas? Existem políticas específicas de negociação do poder público com o setor privado, com os proprietários desses imóveis, que pode ser utilizado, por exemplo, um instrumento da servidão administrativa. Quando se caracteriza um uso que vai trazer benefícios para toda a sociedade, ele se justifica de que o poder público entre numa negociação com os proprietários desses imóveis. Eles não perdem a propriedade do imóvel, eles vão simplesmente, como se eles emprestassem para o município, de que as pessoas possam transitar por ali. Elas só vão transitar, elas têm regras para serem respeitadas e o poder público ele apresenta uma contrapartida, então ele pode negociar com o proprietário desses imóveis a questão do IPTU. Enfim, existem formas dele negociar a longo prazo. Considerando que esse uso vai ser constante, ele negocia com o proprietário para que ele também não perca o uso, os benefícios que o imóvel pode trazer. Então é uma forma de agradar os dois lados, de que atenda às necessidades da sociedade civil e que também o proprietário do imóvel não fique desassistido ali, ele tenha prejuízo considerando que o imóvel é próprio. E por fim nós temos... Você quer falar, Ozandir? Foi feita pelo engenheiro Ozandir Frazão, vou passar o microfone pra ele explicar.”

Ozandir Frazão, engenheiro ambiental e sanitarista da CMT: “Bom dia pessoal, eu sou Ozandir Frazão, sou engenheiro. Eu trouxe essa proposta junto com nossos colegas aqui através de algumas discussões sobre a prática do ciclismo aqui, através das Leituras Comunitárias, através das leituras técnicas, a gente identificou. Então, o que acontece? Vendo essa necessidade para que as pessoas possam explorar o seu território municipal, como também a sua paisagem, como também os seus recursos naturais, então, justamente, a gente trouxe isso de ciclo turismo, onde vai ser construído. A gente traz como proposta para que o poder público municipal articule com as propriedades, de acordo com o que Klinton acabou de falar aqui, para que não venha a ter perdas em ambas partes, para que venha a ter um processo de negociação, então que seja





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

construída essa via de ciclo turismo, para justamente viabilizar esse trabalho dentro do município, para que as pessoas não venham a ter só as questões da prática, fazer esse tipo de prática de ciclo turismo em outros localidades, se arriscando e sim, possa explorar o seu próprio município. Então, a gente trouxe essa prática, esse trabalho aqui como uma sugestão, uma proposta, para que o município venha viabilizar junto com vocês, que são os munícipes, para que venha ter um aproveitamento dos recursos naturais dentro do município, para que venha também realmente respeitar algumas regras, venha também preservar aquela área para que vai direto para o Relo, porque justamente a conexão da zona urbana para a Cachoeira do Relo. Então pegando aquela via que já existe, então a necessidade de criar ou construir uma ciclovia ou ciclo faixa. Então vai ter que ter um estudo de viabilidade técnica, aí o Poder Público Municipal vai ter que verificar, fazer esse trabalho, esse projeto junto com a Secretaria de Infraestrutura de Obras, de Agricultura, de Turismo. E, através dessas propostas, eles possam fomentar, de tanto o município, o turismo, fomentar a qualidade de vida, o conforto, na verdade. Então, é esse trabalho que a gente está trazendo aqui. É basicamente isso, para que vocês possam entender. E vou dar continuidade aqui para o Klinton, para que ele possa explicar os demais zoneamentos. ”

Klinton Melo: “Bom, na verdade a parte do saneamento acabou aqui agora. Eu vou explicar para vocês os instrumentos urbanísticos que é determinado. Eles são apresentados pelo Estatuto da Cidade, que são instrumentos justamente para gerenciar o território, o espaço urbano, formas de viabilizar as políticas, justamente voltadas para o que é de interesse coletivo. Explicando aqui para vocês, o Estatuto da Cidade traz diversos, mais de vinte instrumentos urbanísticos, mas existem sete que são obrigatórios e são esses que eu vou apresentar aqui para vocês. Eu vou explicar esses pontos aqui e os outros são complementares. No Documento de Propostas tem todos eles, vocês podem ter conhecimento de todos eles, eles são todos descritos, eu vou apresentar apenas os que são obrigatórios de estarem dentro do Plano Diretor. Então nós temos aqui o parcelamento de edificação ou utilização compulsórios, o PEUC, temos o Imposto Predial e Territorial Urbano, o IPTU Progressivo no Tempo, a desapropriação com pagamentos em títulos da dívida pública, o direito de preempção, a Outorga Onerosa do direito de construir e alteração do uso, a transferência do direito de construir e as operações urbanas consorciadas. Todos esses outros instrumentos aqui também compõem, são esses outros que eu falei, mas que não são obrigatórios, então não vou comentar sobre eles, mas eles estão lá todos explicadinhos no documento de propostas. Bom, o Parcelamento, ele é um instrumento que vem atender





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

justamente um dos pilares do que estabelece o Estatuto da Cidade, que é o de que a propriedade cumpra uma função social. Toda propriedade deve cumprir uma função social, ou seja, ela deve ter algum uso, que a propriedade não fique simplesmente abandonada, porque isso traz problemas para a sociedade de um modo geral, quando uma edificação fica abandonada há muito tempo, um lote fica vazio no centro da cidade sem utilização e aí a cidade ela vai crescendo tendo que se expandir cada vez para mais longe enquanto no centro da cidade tem terrenos disponíveis para serem ocupados e não são, então isso gera custos para a população, gera o custo para o município porque ele vai ter que se expandir mais levando a infraestrutura para mais longe e o centro da cidade já tem infraestrutura com terrenos disponíveis que não estão sendo utilizados então esse é um instrumento que vem justamente para trazer a cobrança para o proprietário de que ele dê um uso adequado ao imóvel dele, seja ele um imóvel construído ou um terreno inserido em uma área que já detém a infraestrutura. O proprietário do imóvel vai trazer uma notificação de que ele deu um uso ao imóvel dele. Esse instrumento pode ser aplicado, no nosso Documento de Propostas, a gente traz para ele ser aplicado na Zona Urbana Consolidada, que é justamente aquela área da cidade que já detém toda a infraestrutura adequada, que está completamente adequada, tem as vias todas certinhas, os espaços públicos, a Zona de Interesse Histórico Cultural, que é justamente essa parte aqui da cidade que tem essa característica cultural, histórico cultural, as edificações mais antigas. Então esse instrumento é aplicado nessas duas áreas, Zona de Interesse Histórico Cultural e a Zona de Urbanização Consolidada, que ele vem para complementar aquela lei. Depois que o poder público notifica o proprietário, e o proprietário vai determinar um prazo para o proprietário dar um uso para o imóvel. O proprietário não deu? O poder público pode entrar com o IPTU Progressivo no Tempo. Esse instrumento, ele vem justamente para fomentar e cobrar do proprietário do imóvel que ele dê um uso. Então ele vai começar a cobrar um imposto progressivo a cada ano. Então a cada ano que passa o proprietário não deu uso para o imóvel, vai progredindo no tempo até completar cinco anos. E aí quando chega em cinco anos ele congela numa alíquota máxima de quinze por cento. Então chegou em cinco anos, o proprietário não deu uso para o imóvel, o IPTU dele vai ficar congelado com esse acréscimo de quinze por cento do valor do IPTU. Tá certo? E aí ele vai ter um tempo. Vai ficar pagando esse IPTU progressivo um tempo. E ele também, como ele é complementar àquele primeiro instrumento, ele também é aplicado nas mesmas zonas, na Zona de Urbanização Consolidada e na Zona de Interesse Histórico Cultural. E aí complementarmente, se depois do





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

prazo estabelecido pelo poder público, isso aqui a gente tá falando de anos, tá gente? O poder público ele vai notificar, depois não notificou, ele vai estabelecer o IPTU Progressivo no Tempo. Passou anos, vamos lá, vamos dizer, passou dez anos. O proprietário não deu uso para o imóvel dele, não vendeu o imóvel, não deu nenhum uso, o poder público, desde que tenha interesse em utilizar aquele imóvel para o bem público, ele pode entrar com desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública. O que é isso? Ele vai entrar com a desapropriação do imóvel, vai requerer o imóvel para ele, para o município, e vai pagar com títulos da dívida pública. Títulos da dívida pública basicamente ele vai pagar com papéis, vai pagar assim... O poder público ele muitas vezes, ele não tem o dinheiro para desembolsar tudo de uma vez para pagar o imóvel. Então ele vai pagando a longo prazo, ele vai dar uma promissória, falar, estou te devendo, não nego, pago quando puder, e ele vai pagando ao longo do tempo. Então isso para o proprietário do imóvel, isso não é interessante. É melhor que ele venda o imóvel dele para uma pessoa que vai dar um uso, ou ofereça até para o próprio poder público para que ele compre o imóvel dele para construir algum bem público, tá certo? que também é aplicado naquelas duas zonas, a Zona Urbana Consolidada e a Zona de Interesse Histórico Cultural. Outro instrumento que nós temos é o Direito de Preempção, que também é um incentivo para o proprietário dos imóveis e uma forma do poder público ele conseguir adquirir áreas da cidade para implementar equipamentos públicos. Por exemplo, tem uma área da cidade que carece de praça, e aí não tem nenhum terreno mais para o poder público aplicar, aí ele demonstra que ele tem interesse naquela área a partir desse instrumento aqui, que é o Direito de Preempção, que traz a obrigatoriedade do proprietário do imóvel. Quando ele tiver interesse em vender o imóvel dele, ele deve primeiro oferecer ao poder público, se o poder público não quiser ele pode oferecer para qualquer pessoa. Mas isso traz a obrigatoriedade de quando ele tiver interesse de vender, primeiro ele oferece ao poder público. Se o poder público tiver interesse, ele vai comprar sem perder nenhum valor de mercado, nem para cima nem para baixo. Ele vai vender no valor que ele colocar, o valor de mercado. Então não tem ônus e nem bônus, digamos assim. Ele vai vender pelo preço justo. E esse instrumento ele fica sujeito nas áreas na ZQUA, que é aquela Zona de Qualificação Urbana, justamente as áreas da cidade onde carece de infraestrutura, na ZUCON, que é a Zona de Urbanização Controlada, na Zona de Expansão Urbana 1 e 2, e na ZIE, que é a Zona de Interesse Especial, além também daquela ADE do Terminal Rodoviário. Então, essas são as zonas onde pode ser aplicada. Zona de Expansão Urbana 1, Zona de Expansão Urbana 2, Zona de Qualificação Urbana, Zona de Interesse





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Especial e Zona de Urbanização Controlada, além da ADE do Terminal Rodoviário. Outro instrumento que temos é o Outorga Onerosa do Direito de Construir, que confere aos proprietários dos imóveis a chance, a oportunidade de construírem a mais do que o coeficiente de aproveitamento determinado permite. Então eu vou explicar para vocês o que é o coeficiente de aproveitamento. Esse instrumento aqui permite ao proprietário do imóvel, quando ele quiser construir a mais o que é permitido na lei, ele vai pagar uma taxa a mais, que deve ser negociada com o poder público. E o município recebendo esse recurso, também existem obrigações de onde ele deve direcionar esse recurso. Explicando aqui para vocês o que é o coeficiente de aproveitamento: o coeficiente de aproveitamento é o tanto que o proprietário do imóvel pode construir. O cara não pode simplesmente construir o tanto que ele quiser num terreno. Digamos que ele tem um terreno de dez por dez e ele vai construir um prédio de vinte andares? Não faz sentido. A área não comporta. E a urbanização no entorno também não comporta uma quantidade de gente, assim, de repente, vinte andares. Quantas pessoas moram num prédio de vinte andares? Você vai trazer uma superpopulação para uma área que não está adequada para receber esse tanto de gente. A infraestrutura da rua, urbana, não está adequada para receber esse tanto de gente. Então, por isso que é feita essa legislação aqui para a gente controlar o tanto que é permitido se construir em cada área da cidade em cada uma daquelas zonas que eu apresentei. E o coeficiente de aproveitamento é esse cálculo. Se, por exemplo, se você tem uma loja de quatrocentos metros quadrados, o coeficiente de aproveitamento é dois, quer dizer que você pode edificar até oitocentos metros quadrados, ou seja, se você quiser fazer ali é dois, lógico que isso, estou falando números aqui, mas isso na prática não é bem assim. Tipo quatrocentos metros quadrados, você vai fazer dois andares de quatrocentos metros quadrados. Oitocentos metros quadrados que eu estou construindo. Ou então você pode fazer quatro andares. De duzentos metros quadrados cada, entendeu? É mais ou menos assim que funciona esse cálculo. O coeficiente básico em Luís Gomes é um, ou seja, se você tem um lote de quatrocentos metros quadrados, você pode construir um andar de quatrocentos metros quadrados, ou dois andares de duzentos, ou quatro andares de cem, entendeu? E os direitos, as diretrizes da Outorga Onerosa: o Direito de Construir ele pode ser exercido acima do coeficiente máximo adotado. O coeficiente máximo adotado em Luís Gomes, considerando o padrão da cidade, é de uma vírgula cinco. Então ele pode chegar até dois. A partir desse instrumento aqui, ele pode conseguir o dobro do que é o básico da cidade, ele consegue construir o dobro a partir desse instrumento.





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lembrando que é vedada a acumulação de potencial construtivo, porque não é só esse instrumento que permite construir a mais, mas ele não pode juntar esse instrumento com o outro para acumular potencial construtivo. Então, as áreas da cidade que é permitido construir a mais é a ADE Terminal Rodoviário, a Zona de Expansão Urbana 1 e a Zona de Expansão Urbana 2. Essa área da cidade é permitida chegar até dois, o dobro do que é permitido no restante da cidade. E o Estatuto da Cidade define que os recursos adquiridos com esse valor que o proprietário vai pagar a mais ao poder público, eles sejam aplicados para essas finalidades aqui. Então ele tem que ser aplicado para regularização fundiária ou execução de programas e projetos computacionais de interesse social, constituição de reserva fundiária, ordenamento e direcionamento da expansão urbana, implantação de equipamentos urbanos e comunitários, criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes, criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental e proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico. E isso tudo visando a viabilidade da implantação de equipamentos urbanos comunitários, a preservação quando o imóvel for considerado de interesse histórico cultural e servir ao programa de regularização fundiária. E lembrando que é necessário que exista uma lei municipal específica que vá estabelecer as diretrizes específicas para viabilizar esses instrumentos. Outro instrumento que também autoriza o aumento do potencial construtivo é a Transferência do Direito de Construir. É quando o imóvel está inserido numa área de, por exemplo, aqui nós utilizamos a ZIHC, que é a Zona de Interesse Histórico Cultural. É uma área que a gente quer preservar. Então não é interessante que a gente permita, por exemplo, edificações muito altas que paisagístico visual mesmo com o entorno. Então nessas áreas que são mais limitantes no sentido de construção, o proprietário do imóvel pode utilizar essa Transferência do Direito de Construir, que é por exemplo, é uma área que está limitada o potencial construtivo dele, ele pode transferir o direito dele de construir para outra área da cidade que seja permitido. Então se ele tem um terreno, ele tem uma casa aqui no centro e um terreno lá na zona ele pega o potencial construtivo dele daqui e pode transferir pra lá desde que ele chegue até o coeficiente de aproveitamento dois, que é o máximo permitido. Ou ele também pode vender, ele pode vender pra um terceiro o potencial construtivo dele, desde que a pessoa que ele vai vender também respeite o máximo do coeficiente de aproveitamento permitido. Então é isso. Esse instrumento sai das Zonas de Interesse Histórico Cultural e ele pode ser utilizado tanto na Zona Urbana Consolidada, quanto nas Zonas de Expansão Urbana e na ZQUA, que é a Zona de





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Qualificação Urbana. Por fim, nós temos as operações urbanas consorciadas, que é Operações Urbanas, esse instrumento vem para viabilizar operações urbanas consorciadas entre o poder público e o setor privado. Se o setor privado tem um interesse em uma área, em construir um empreendimento que vá trazer desde que ele traga benefícios também para a sociedade de um modo geral, ele pode entrar nesse acordo com o poder público e ter facilidades no sentido de, por exemplo, uma isenção de um imposto, o poder público, ele vai viabilizar junto com a sociedade, ele vai verificar qual é o ponto positivo, o que ele vai receber em troca, qual o benefício que o empreendimento vai trazer, e aí ele negocia com o empreendedor a partir desse instrumento aqui das operações urbanas consorciadas, certo? Então ficam sujeitos a essas operações a Zona de Interesse Especial, a Zona de Interesse Turístico, a Zona de Desenvolvimento Energético da Cidade, já é inclusive um empreendimento que vai ser implementado, a ADE do Terminal Rodoviário e a ADE do Interesse Turístico. Então são essas áreas aqui da cidade que podem entrar para ver esse consórcio entre poder público e setor privado para implementar melhorias. Bom, em relação à ocupação do solo urbano, a gente também traz uma definição de alguns parâmetros para o parcelamento do solo. Quando uma pessoa for fazer um novo loteamento, então é necessário que ela atenda a parâmetros, que não seja feito de uma forma desordenada, que a pessoa faça o traçado urbano como ela bem desejar, como vai ser mais lucrativo para ela. Então é uma forma da gente controlar também para que ele faça um espaço urbano adequado que vai se tornar um espaço qualitativo para quem for morar lá e para a cidade de um modo geral. Então a gente determina através do planejamento que os novos loteamentos devem ser destinados com no mínimo quinze por cento da área total do loteamento deve ser preservada para a implementação de equipamentos comunitários e espaços de lazer. Os quarteirões dos loteamentos não devem aceder duzentos metros de comprimento, de forma minimizar as dificuldades de circulação. As ruas do sistema viário principal devem ter no mínimo sete metros de largura e as calçadas dois metros de largura. E os lotes devem ter no mínimo cento e vinte e cinco metros quadrados, com a frente mínima de cinco metros por lote, salvo quando o loteamento se situa em Zona Especial de Interesse Social, que aí é pela questão da demanda, ela pode ser readequada justamente por ser uma política pública. O coeficiente de aproveitamento básico é a relação entre a área construída do terreno e deve ser igual do lote, então o básico de Luís Gomes é um e as edificações localizadas nas zonas de expansão urbana e na ZUCON, o coeficiente de aproveitamento pode chegar a 1,5. Quer dizer, o máximo permitido é uma vírgula





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

cinco e pode chegar até dois utilizando aqueles instrumentos que eu falei, que permite aumentar. Em relação aos afastamentos, as paredes providas de vãos de iluminação e ventilação devem estar a um mínimo de um metro e meio das divisas laterais e de fundos dos lotes nos terrenos que têm a fachada mínima de oito metros. Nos terrenos com a fachada entre cinco metros e oito metros, o afastamento lateral é facultativo em um dos lados, mas é necessário afastamento mínimo de um metro e meio de frente e fundo de lote. Quando a edificação tiver mais de seis metros de altura, os afastamentos devem ser, é necessário que exista um cálculo para o afastamento lateral da edificação. Se você cresce muito o prédio, é necessário que você também reveja o afastamento e aí tem um cálculo, indicado pra ver quanto deve ser esse afastamento de acordo com a altura da edificação, isso quando ela passar de seis metros. Na Zona de Urbanização Controlada e nas Zonas de Expansão Urbana, o recuo frontal das edificações deve ser de no mínimo três metros. As áreas descobertas em terreno natural devem totalizar no máximo um quinto do terreno, deve ser permeável, ou seja, vinte por cento do terreno tem que ter permeabilidade do solo justamente para evitar problemas futuros em relação à drenagem e que o solo possa permear o solo. E essa taxa de permeabilidade pode ser reduzida ou suprimida em função da implementação de dispositivos de retenção da água adequado para a infiltração ou retardamento da água para que ela seja, para que ela infiltre no solo de forma adequada. Então, essa taxa de permeabilidade pode ser reduzida desde que seja implementado os dispositivos de retenção. E aqui nós temos um quadro com os parâmetros de ocupação, que é justamente esses valores que eu falei, relacionado com cada uma das zonas. Então, por exemplo, a ZEIS, ela tem o coeficiente básico hum e o máximo é um mesmo. E nas áreas que é possível de se adensar mais, o coeficiente máximo chega a um e meio, podendo, a partir daqueles instrumentos que eu comentei, chegar a dois, que é o dobro. E é isso, pessoal. Terminamos aqui a parte do zoneamento dos instrumentos urbanos e abrimos agora para questionamentos, dúvidas, se alguém quiser fazer alguma intervenção, algum comentário, qualquer dúvida. Alguém? Vocês conseguiram entender? Ficou claro?”

João Pereira (CMT): “Dando sequência, agora a gente parte para a fase de apresentação das propostas que a gente elaborou junto, a gente trouxe para o município semana passada na oficina, apresentou a vocês, a gente discutiu, o Núcleo Gestor e agora a gente apresenta para a população para ficar registrado. E o primeiro tema, uso e ocupação do solo rural, ele tem como premissa básica, como conceito básico, o acesso legal à terra, a terra no solo na área rural, e o





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

desenvolvimento dos usos nessa região de forma consciente, de forma sustentável ao ambiente semiárido. Então, a diretriz número um, que é controlar a localização das atividades e a exploração dos recursos naturais de forma a promover a maior sustentabilidade do uso do solo assegurando a viabilidade econômica e a melhoria da qualidade de vida da população. Aqui os meus relatores. É o secretário Júlio, que ele precisou sair, teve uma reunião agora com a construtora, a Alya, a construtora do Ramal do Apodi. E a minha colega aqui, a Eliane Maria, que está ali, ela vai vir fazer a leitura daqui a pouco de um grupo de propostas. E aí a gente tem o primeiro programa, que é o primeiro programa de regularização fundiária e uso da água e da terra, que ele versa sobre tentar combater esse problema da falta de regularização fundiária no município. Então, entre as ações, a gente tem a celebração de um convênio entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar para aderir o município ao Programa de Regularização Fundiária, a elaboração de um plano de regularização fundiária de propriedades particulares rurais, a elaboração de um programa de regularização fundiária que abrange as comunidades tradicionais aqui, o Coati, Lagoa do Mato e Lagoa de Pedra, no município de Luís Gomes, então, para a delimitação formal do território dessas comunidades, o desenvolvimento de trabalho de orientação aos pequenos produtores rurais sobre a situação das propriedades em relação ao parcelamento abaixo do módulo rural mínimo e orientar e incentivar o cadastramento dessas propriedades rurais, no cadastro ambiental rural conforme a Lei Ambiental Brasileira, essa Lei Federal 12.651/2012, dando sequência também ao uso do solo rural, orientar e incentivar a regularização ambiental dos imóveis rurais por meio da implantação dos programas de regularização fundiária e de regularização ambiental, conforme também estabelece o Código Florestal Brasileiro, que é essa lei, e o levantamento das atividades no município, aquelas que utilizam do recurso hídrico, da água, e o levantamento da situação das outorgas, para que a gente tenha uma atividade agropecuária regularizada dentro da lei, dentro dos princípios de desenvolvimento sustentável e seguro legalmente para o produtor rural. Dando sequência no programa de conservação do solo e da água. A primeira ação é promover articulação política visando a efetivação de uma atividade consociada entre os municípios sob influência da instalação do Ramal da Apodi, que são Major Sales, Luís Gomes, José da Penha e Paraná, objetivando o fornecimento de assistência técnica para ampliar a assistência técnica na zona rural desses municípios para que a gente consiga desenvolver melhor as atividades agropecuárias, do solo e da água, incluindo nesse uso, tecnologias sociais e práticas de manutenção, de preservação da





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

água e da terra, a melhoria e introdução de novas técnicas sustentáveis nas atividades produtivas rurais, isso a partir muito vinculado à assistência técnica, a capacitação dos técnicos municipais e dos produtores rurais nessas práticas de conservação da água e do solo e a introdução de melhorias técnicas nas atividades rurais. Então a gente precisa desenvolver, a gente tem que aplicar o conhecimento que a gente tem desenvolvido de conservação, de práticas de conservação para que a gente consiga produzir, produzir com qualidade, produzir com quantidade e de forma sustentável ambientalmente. Capacitar os técnicos rurais e produtores rurais sobre a legislação ambiental e agrária, incidentes sobre as propriedades rurais, questão da preservação das áreas de proteção permanente. Formação de equipe técnica municipal para o gerenciamento e atualização desse banco de dados enorme que a gente está gerando aqui, entregando para o município, então essas informações, esse levantamento, ele não deve parar agora, a gente dá o primeiro passo e o município é interessante que ele toque mais pra frente para que o desenvolvimento que ocorre ao longo do tempo seja adequado. Implementar também atividades de recuperação e proteção e conservação dos manejos de recursos hídricos, fundamentando-se especialmente na utilização nacional da água, então recuperar aquelas áreas que estão degradadas. Identificação precisa do limite das áreas de proteção permanente na zona rural. Identificação e avaliação das edificações nessas áreas e atividades econômicas que se desenvolvem nessa área de proteção. Recuperação e preservação de elevado interesse ambiental e paisagístico, como as matas ciliares e nascentes que compõem o perfil paisagístico do município, além do apoio ao desenvolvimento de sistemas agroflorestais. Também, a identificação e o cadastramento dos produtores rurais e atividades extrativistas florestais para o fim do planejamento e monitoramento dessas atividades, o incentivo à implantação de quintais produtivos nas propriedades rurais com plantio de espécies da caatinga. A busca de parceria com a Embrapa, com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, e universidades para exploração sustentável de espécies da caatinga. Então a gente tem um município muito preservado em termos de floresta, e é interessante fazer esse uso sustentável, uso racional, dessa riqueza biológica que tem aqui no município. A elaboração de um zoneamento agroecológico para que a gente consiga espacializar as potencialidades de cultivo no município e o desenvolvimento de estudos visando o levantamento dessas áreas com potencial de irrigação no município, incluindo as áreas diluvial, que são aquelas áreas próximas aos cursos hídricos, aos rios e riacho. Promoção também de palestras e seminários para ensinar e alertar sobre o perigo, os prejuízos que trazem





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

ao meio ambiente, o uso dos agrotóxicos e, ao mesmo tempo, motivar as técnicas, as práticas agroecológicas que não utilizam os insumos de pesticidas e de agrotóxico de modo geral. E aí, Eliene, eu queria te chamar para fazer a leitura do final aqui das propostas do uso do solo rural para a gente complementar. E aí eu já agradeço a tua participação.”

Eliene Maria, Agente Comunitária de Saúde de Luís Gomes/RN: “Bom dia a todos, sou Eliene, Agente Comunitária de Saúde. O Programa Municipal de Convivência com o Semiárido. Busca de projetos, proposições de parcerias e convênios com a instituição estadual, que irá tratar da implementação do Programa de Ação Estadual, de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca do estado do Rio Grande do Norte, o PAE. Mapeamento de possíveis áreas susceptíveis em um processo de desertificação. Implementação, implementar casos necessários, programas de conservação e manejo dos recursos naturais e controle de desmatamentos e queimadas em áreas susceptíveis em um processo de desertificação. Promover a sustentabilidade hídrica, econômica, social e ambiental, visando reduzir as carências decorrentes das condições climáticas adversas do período de seca. Promover ações de dinamização econômica, de arranjos produtivos e potenciais, articulados com ações de infraestruturas hídricas no contexto da convivência com a realidade do semiárido.”

João Pereira (CMT): “E aqui é a diretriz número dois, que é identificar e proteger as áreas de interesse ambiental, paisagístico, histórico e cultural do município, que são aquelas que eu pontuei anteriormente, são os ativos de importância cultural, de importância ambiental aqui no município de Luís Gomes”.

Eliene Maria, Agente Comunitária de Saúde de Luís Gomes/RN: “O programa de identificar e proteger as áreas de interesses paisagísticos, histórico e cultural. Buscar parcerias com instituições de pesquisas para identificações das espécies da fauna e flora ameaçada de extinções. Implementação de medidas de proteção e biodiversidades, realização de ações visando o uso sustentável de proteção das áreas identificadas como os de relevâncias paisagísticas, histórica e cultural, como a implantação de sinalizações, lixeiras e campanhas de conscientização e orientações dos locais identificados. Articular com a superintendência, a IPHAN, do Rio Grande do Norte, com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade para verificar a visibilidade de





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

tombamentos como patrimônio estadual, de áreas de interesses ambientais histórico e paisagístico. Identificar a área rural do município. Muito obrigada!”.

Klinton Melo (CMT): “Bom pessoal, a gente vai começar falando aqui agora das propostas específicas para o uso e ocupação do solo urbano. E aqui, essas, as primeiras propostas aqui especificamente, são para universalizar o acesso aos benefícios e direitos resultantes da propriedade e da terra regularizada. Então, vou passar a palavra aqui para Eliene”.

Eliene Maria, Agente Comunitária de Saúde de Luís Gomes/RN: “Programa de regularização fundiária urbana. Instauração do processo administrativo junto aos órgãos estaduais e federais para transferência, se necessário, do domínio de edificações ou terras públicas do Estado da União para o município. Adesão aos programas federais e estaduais para regularização fundiária de interesse social ou específico na cidade no âmbito dos programas habitacionais. Adoção do mecanismo de discussão e de liberação participativa e de sensibilização promovendo esclarecimento sobre a ampliação dos instrumentos de regularização fundiária e urbanas. Em consonância com a ação 15.1.4, deste documento. A implantação do processo de regularização denominada com delimitação da poligonal no núcleo a ser regularizado. Regulamentação dos instrumentos jurídicos e urbanísticos necessário à regularização fundiária urbana. Elaboração e execução do plano de urbanismo de cada ZEIS tipo 1. Custeio pelo poder público municipal ou estadual do primeiro registro dos títulos de imóveis regularizados mediante estabelecimento de convênios advindos de programas de regularizações fundiárias. Consultar ao inventário patrimonial do poder público municipal visando seleção de imóveis possíveis de serem regularizados. Executar regularizações fundiárias nas áreas urbanas de Luís Gomes conforme preconiza pela lei federal 13.465/2017, ou seja, abarcando um conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que objetivam a regularização deste assentamento em regulares e a titularização de seus ocupantes. Promover a articulação política visando a efetivação de consórcios públicos na área de planejamento urbano e regularização fundiária urbana”.

Klinton Melo (CMT): “Aqui a gente já vai entrar em outra temática. Que é voltado para proteger, preservar e conservar as áreas de importância ambiental, histórica e cultural na área urbana”.

Eliene Maria, Agente Comunitária de Saúde de Luís Gomes/RN: “Programa de proteção de APP em área urbana. Identificação precisa dos limites da APP em área urbana. Gravar uma lei





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

municipal às APPs em área urbana em suas medidas de proteção e regularização de acordo com as diretrizes do Plano Diretor. Implementação de sinalização, bem como de elementos físicos e delimitações arquitetônicas e urbanísticas nas áreas de APPs urbanas. Elaboração de planos ou estudos para regularizações dos equipamentos públicos e assentamentos urbanos localizados em APPs urbanos ou áreas com risco de inundações, ou seja, alongamentos. Elaboração de planos ou estudo para a relocação de assentamentos urbanos localizados em APPs urbanas ou áreas com risco de inundação que não estejam com consonância com a lei federal 13.465/2017. Programa de Arborização Urbana. Instalação e adequação de canteiros permeáveis de um metro quadrado ao redor de cada exemplar arbóreo, quando ao mesmo tempo não se constitui um impeditivo de livre circulação de pessoas ou estiver em conflitos com fiação elétrica. Treinamentos de funcionários municipais com a realização de podas na arborização e manutenção, de modo geral, nas praças eliminadas e podas nas praças, eliminando podas drásticas. Elaboração de estudos e projetos voltados para a implantação de arborização urbana na cidade. Promoção de eventos educativos com as escolas e sociedades civis, civil, para além da semana do meio ambiente com atividades com mutirões de plantio de árvores, limpeza do espaço urbano e área de interesse ambiental e turístico. Criação de um programa de incentivo e sustentabilidade através do Código Tributário Municipal, com implementação do IPTU verde em edificações no município de Luís Gomes, estabelecendo benefícios fiscais aos participantes do programa. Programa de prevenção e valorização do núcleo histórico de Luís Gomes. Elaboração de um projeto de prevenção, recuperação e valorização do núcleo ocupacional inicial de Luís Gomes. Incentivar a preservação de imóveis particulares de valores históricos culturais por meio de instrumentos fiscais e urbanísticos, com redução, isenção do IPTU ou até remissão de valores e a ampliação da transferência de direitos de construir. Instituição de normas especiais de uso e ocupação do solo na área da cidade demarcada com núcleo histórico onde se consolidou a ocupação inicial de Luís Gomes. Realização de melhorias urbanísticas e paisagística de vias e equipamentos identificados como do interesse histórico cultural nas áreas urbanas de Luís Gomes.”

Klinton Melo (CMT): “Agora a diretriz cinco. Controlar e fiscalizar permanentemente o uso e ocupação do solo, tendo como princípio a função social da cidade e da propriedade.”

Eliene Maria, Agente Comunitária de Saúde de Luís Gomes/RN: “Estruturação da política de desenvolvimento territorial. Capacitação dos servidores lotados na Secretaria de Obras e Serviços





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Urbanos, Secretaria Municipal de Finanças e Secretaria Municipal de Agricultura para atual efetivação na gestão urbana, com foco na fiscalização do uso e ocupação do solo urbano, correção e ajuste dos perímetros urbanos da sede municipal e do distrito de São Bernardo, definidos pelas leis 006/1990 e 002/1990, respectivamente, regulamentação do processo de licenciamento para parcelamento do solo urbano tanto pela implantação dos novos loteamentos quanto para o desmembramento de glebas urbanas em que a apresentação do projeto seja condições indispensáveis à concessão de alvarás. Fiscalizações nos loteamentos em fase de implantação e em casos de desmembramento, quanto à existência e qualidade de infraestrutura urbana básica, constituída pelos equipamentos urbanos de escoamentos das águas pluviais. Iluminação pública. Esgotamento sanitário. Abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domicílios vias de circulação, assim como a não aprovação dos novos loteamentos em APP, ou nas ZIES 1. Planejamento, gestão... Planejamento, gestão e fiscalização de uso e ocupação do solo urbano, considerando os usos e ocupações adequados e a integração e articulações da malha variar das áreas dos setores precários a serem urbanizados. Ou dos novos loteamentos ao sistema vários existentes devidamente hierarquizados. Elaboração e implementação de legislação municipal que estabelece a obrigatoriedade de contratação de caçambas estacionárias para o descarte adequado de resíduos de construção civil. Executar a política nacional de proteção e defesa civil em âmbito local”.

Klinton Melo (CMT): “Agora gente já vão ser as propostas específicas para planejar e implementar equipamentos públicos específicos. Então a gente traz a proposta aqui de equipamentos específicos que a gente viu tanto em campo que a cidade carece, quanto também do que foi trazido pelos Leituras Comunitárias. Então a demanda da população também a gente buscou atender e indicar aqui os locais adequados para receberem esses equipamentos.”

Eliene Maria, Agente Comunitária de Saúde de Luís Gomes/RN: “Programa de planejamento e implementação de equipamentos comunitários e urbanos. Previsão de novos equipamentos comunitários e reforma ou melhorias nos equipamentos existentes em consonância com o uso urbano proposto. É necessário que os equipamentos completem as pessoas com deficiências através da acessibilidade universal. Reforma do Centro de Saúde Joaquim Martins Lopes, boa. Construção de uma sede para o CRAS, voltado para o atendimento de crianças com deficiência. Articulação entre o poder público municipal e Subsecretaria de Esporte e Lazer do Estado. Para





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

viabilizar a reforma da quadra de basquete localizada na rua Anita Fontes, Zé Fernandes, bairro Centro transformando em uma quadra poliesportiva. Requalificação do campo de futebol, situado no bairro São José, com implantação de grama adequada, colocação de alambrados e arquibancadas, construção de praça com parque infantil, em terrenos situados ao lado do campo de futebol do bairro São José. A articulação entre o poder público municipal e a Companhia Nacional de Abastecimentos para ascensão do uso do prédio da antiga Companhia Brasileira de Armazenamento, CBRASEM, para instalação de um centro cultural com praça de eventos e área de lazer. Construção de uma praça em terreno localizado à rua Anita Fontes, bairro Centro em frente ao galpão da antiga CIBRASEM, no bairro Centro. Esta praça poderia abrigar uma concha acústica para eventos culturais de pequeno porte em um apoio ao centro cultural e escolas do município. Promover a articulação entre o poder público municipal e os proprietários de terrenos abrigados pela área de diretrizes especiais de interesse turístico, por execução de trâmites administrativos e jurídicos, de aquisição dos terrenos situados nesta ADE, visando a criação de trilhas ecológicas. Sugere-se a construção do terminal rodoviário em terreno localizado às margens da Avenida Senhora Santana, indicado como ADE Terminal Rodoviário em Consonância com a ação 8.4.1. Programa de planejamento e implantação de equipamentos comunitários e urbanos. Construção de uma delegacia da Polícia Militar. Construção de um abrigo ou canil público para controle de animais em situações de rua. Construção de uma UPA no distrito de São Bernardo. Construção de uma creche no distrito de São Bernardo. Construção de postos para a Polícia Militar no distrito de São Bernardo. Conclusão da obra do estádio, o campo de futebol no distrito de São Bernardo também. Revitalização da praça do Distrito de São Bernardo. Manutenção dos banheiros do mercado público do Distrito de São Bernardo. Construção de um centro de atividades múltiplas com espaço sociocultural e unidade para o Centro de Referências e Assistência Social, CRAS, do Distrito de São Bernardo. Construção sanitária dos santuários dos penitentes no Alto do Tambor do Distrito de São Bernardo. Construção de ponto de apoio para os Romeiros do Distrito de São Bernardo. Construção da Via Sacra até o Alto do Tambor no Distrito de São Bernardo. Aquisição da Casa de Pai Velho para sede do museu no Distrito de São Bernardo.”

Klinton Melo (CMT): “Obrigado, Eliane. Gente, agora eu vou explicar aqui. Alguém quer falar?”





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Maria do Carmo, Agente de Saúde do Distrito de São Bernardo: “Parabéns, Eliane. Dez, top. Então, alguém deve estar se perguntando assim, mas por que tudo isso São Bernardo? Gente, São Bernardo é o nosso distrito que compõe Luís Gomes. Só não vê quem é cego. Desculpa a expressão, mas é desse jeito. Vocês viram citar o nome da associação? Quem viu? Uma associação que são treze anos de existência, ACAJBA, o nome da associação. Eu só quero que vocês complementem. É, onde tá escrito, construção da Casa de Pai Velho, não tem? Ali é construção, porque a associação tem um terreno, um loteamento... E nesse loteamento vamos construir, se Deus quiser, e os gestores, não somente aqui do município, mas se a nível estadual e federal. E assim, você pode perguntar assim, mas como só interesse, não somente nós como unidade, mas interesse político? Por quê? Já há treze anos, a gente vem mantendo trâmites burocráticos financeiros, empurrando com a barriga, como diz o ditado. E sonhar é realizar. Então é um sonho. E vocês que fazem parte dos cadernos de digitação, coloquem a Associação Comunitária de Aprendizagem José Bernardo de Araújo. Que José Bernardo leva o nome de uma pessoa que construiu São Bernardo, que é o meu avô que morreu com cem anos, depois que foi sepultado, três dias depois, fez cem anos. E lá está escrito assim, Casa de Pai Velho. Pois é justamente essa casa da associação que a gente vai construir, se Deus quiser, porque quem sonha, realiza. Comunidade de São Bernardo, presidente da associação. Carmem. Maria do Carmo”.

Klinton Melo (CMT): “Obrigado, Maria do Carmo. Pode deixar que a gente vai modificar isso. Lembrando só que o que a gente trouxe, o nome de Pai Velho foi uma coisa que a gente identificou nas Leituras Comunitárias, eu acho que é como a comunidade... Você estava presente? Massa. Bacana. Pode deixar que a gente vai alterar isso. Bom pessoal, só pra espacializar aqui algumas das propostas que a gente trouxe, pra vocês conseguirem identificar onde a gente está indicando alguns desses equipamentos. Então aqui, o ADE do Terminal Rodoviário, a gente está indicando na Avenida Senhora Santana ali, tem um terreno, como eu expliquei, a localização por estar na entrada da cidade, a gente escolheu e tem terrenos disponíveis ali. Esse terreno foi escolhido também porque ele já tem uma via dos dois lados. Então a gente indicou essa situação. Mas que isso também depende do poder público fazer uma negociação e que isso aqui não é determinado assim. Mas vocês podem, havendo o interesse da implementação do terminal rodoviário, ele pode ser negociado seguindo aquelas diretrizes que a gente aponta como básicas para implementação, ele também pode ser implementado em outro terreno que o poder público tenha disponível ou





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

que negocie com o proprietário. A reforma da quadra, é uma quadra de basquete, está situada ali, é no bairro Centro, ao lado da escola, tem uma escola infantil aqui. Temos outra escola com a quadra. Essa quadra é do estado, então a gente está indicando a negociação com o estado justamente para que essa quadra seja reformada, porque atualmente está sendo um espaço perdido. É um espaço público que tem potencial, porque essa região da cidade não tem tanto espaço públicos, praça e atualmente está assim, o mato tomou conta, não tem infraestrutura adequada, então a gente indica também até a modificação do equipamento para uma quadra poliesportiva, porque talvez chegou a esse ponto porque não tem pessoas que praticam o basquete. Talvez se colocar uma quadra de futebol, um futsal vai ser melhor utilizado pela população. Outro espaço público que a gente está indicando é no bairro São José, entre o bairro São José e Sol Nascente. Esse terreno na Oficina de Propostas a gente ficou sabendo que é um terreno particular, mas que o Poder Público pode entrar numa negociação. Pra reformar, Para que seja de uso público o campo de futebol. Que já existe lá atualmente, mas que está precário, não tem infraestrutura adequada, é um campo de terra. Então a gente indica o devido gramado, a colocação de alambrados, possível arquibancada para incentivar o esporte, a interação social e criar esse espaço de convivência. E ao lado tem esse terreno aqui também que está propício também para receber o equipamento público como uma praça. Acho que é um espaço que está entre os dois bairros aqui e ia contemplar toda essa população, do bairro São José. Temos a proposta do Centro Cultural, isso também foi uma coisa que veio nas Leituras Comunitárias, como uma demanda, e temos aqui o Galpão da Cibrasem, que é um patrimônio que é do Estado e que também poderia ser negociado para a sessão de uso, pelo menos, mesmo que ele não transfira para o patrimônio do município, mas que ele possibilite a utilização desse espaço e trazer esse equipamento que seria importante para a comunidade de um modo geral de Luís Gomes, a criação desse centro cultural e a utilização da praça em frente também, a criação de uma praça que possa servir de suporte para o Centro Cultural com um espaço aberto. A gente indicou também a possibilidade da construção de uma concha acústica para atividades culturais de pequeno porte, não é uma coisa... não tem um espaço adequado para grandes eventos, mas para, por exemplo, atender o centro cultural e as próprias escolas que tem aqui perto. Então poderia ser feita atividades educativas, com a participação da comunidade, com as escolas, então criaria essa ligação aqui, essa importante, um equipamento importante, um equipamento público importante para a interação social. E a proposta das trilhas ecológicas, como eu mencionei





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

naquela parte do zoneamento, onde atualmente já existem trilhas, as pessoas já utilizam para cortar caminho, enfim. E a gente valorizar tanto a paisagem que se tem passando por aqui, quanto os bens ecológicos que existem. Existem a vegetação nativa aqui, então, criando uma trilha ecológica, replantando as espécies nativas, oferecendo essa infraestrutura, que seria mais um atrativo turístico também pra Luís Gomes, ligando os diferentes pontos da cidade a parte do centro aqui, como a parte do Guilhermão, até aquela área ali próxima ao mirante, certo? Bom, agora eu vou passar aqui a palavra pra Darlania, vai chamar a relatora dela, e por enquanto, só um minuto que a Camila vai falar”.

Camila Andrade (CMT): “Pessoal, é importante só para reforçar, quem está aqui desde o início já sabe. Quando vocês forem falar, primeiro peço por favor que façam do microfone, porque a gente precisa transcrever a ata, até para disponibilizar para vocês. Digam o nome e de onde vocês são, ok? Porque aí vai tudo certinho na ata que depois a gente, a prefeitura coloca na *internet*. Obrigada”.

Darlania Leandro, assistente social (CMT): “Bom dia a todos e a todas. Eu me chamo da Darlania. Estou responsável pela discussão de desenvolvimento econômico. Gostaria de convidar a Neuminha, a Francisca Neuma, para ser a nossa relatora. E essa diretriz, a gente vai discutir, essa temática, vai discutir algo que se refere ao desenvolvimento local, principalmente a questão da geração de emprego e renda, o fortalecimento do comércio, o fortalecimento da economia local, para promover a melhoria da condição econômica da população. Então a diretriz é promover o desenvolvimento da população de Luís Gomes para o incremento de uma economia inclusiva que dissipe a pobreza de forma ambientalmente sustentável, integra as práticas adequadas ao semiárido, à garantia dos direitos sociais e ao fortalecimento da cidadania. Vou passar a palavra à Neuma para ela fazer a leitura dos programas e das ações”.

Francisca Neuma, servidora pública do CRAS de Luís Gomes/RN: “Bom dia pessoal, me chamo Francisca Neuma, eu moro aqui na cidade de Luís Gomes, na rua Honoro Bernardino. Então, programa institucional para implementação de políticas públicas voltada para a economia sustentável. Elaboração de diagnóstico das atividades econômicas realizadas em Luís Gomes e das instituições de apoio aos setores da economia existente no município. Desenvolvimento de um sistema de processamento de dados econômicos do município, contendo um banco de dados sobre o desenvolvimento econômico, produção e outros temas correlatos. Criação de curso de





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

inclusão produtiva afiliados com as potencialidades regionais com o objetivo de reduzir a dependência da população em relação aos programas assistencialistas das esferas municipal, estadual e federal. Realização de estudos sobre as potencialidades turísticas e a viabilidade técnica para a criação de um roteiro regional turístico em conjunto com os municípios do entorno. Realização de estudos para a verificação de potencialidades de capacitação de população jovem e formação de mão de obra na área turística. Capacitação, formação de agentes de turismo com foco na exploração local do acervo turístico natural como trilhas, cachoeiras, cicloturismo e cultural do município. Regularização dos empreendimentos, estabelecimentos comerciais e serviços junto à administração municipal e a Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte, escritório regional alocado em Pau dos Ferros/RN. Articulação com o Sistema Nacional de Empregos no Rio Grande do Norte. Ah, desculpa! Programa de criação e incentivo à formalização do trabalho e das atividades econômicas. Aí, pode ir já para a parte de baixo. Criação de postos de atendimento para trabalhadores desempregados e para aqueles em busca de novas ocupações, com o objetivo de direcioná-los em relação à demanda de trabalho na região. Ampliação do Programa de Fomento ao Empreendedorismo Sebrae no município de Luís Gomes. Busca por recursos e projetos de incentivo ao empreendedorismo junto a instituições públicas e privadas. Programa de incentivo ao associativismo e fomenta a inserção social pelo trabalho no âmbito, apoio econômicas dos setores populares. Projeto de fortalecimento das associações para a criação de cooperativas com o desenvolvimento de formas produtivas e solidárias, de beneficiamento e comércio de produtos agrícolas derivados ou subprodutos da pecuária. Realização de ações que estimulem e apoiem a criação de sindicatos, associações profissionais e cooperativas de produção e comércio dos produtos agrários, artesanais e industriais produzidos no município. Elaboração de um plano de divulgação de fontes e meios de acesso ao financiamento, facilitando o acesso ao microcrédito para pequenos empreendedores, bem como para a aquisição de equipamentos e infraestrutura para pequenos e médios produtores rurais associados e o cooperados. Oportunizar novas fontes de renda e promover a geração de trabalho e o emprego. Estimular a prática da economia solidária no município. Programa de fortalecimento do comércio. Realização do cadastramento de todos os estabelecimentos comerciais do município, descrevendo os segmentos econômicos com detalhes sobre o perfil do pessoal ocupado, relações de trabalho, jornada de trabalho, média de remuneração e distribuição dos produtos, regularização dos comércios junto à administração municipal e a Junta Comercial do





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Rio Grande de Norte, e através da obtenção de alvará municipal de funcionamento e cadastro nacional de pessoas jurídicas, CNPJ. Implantação de um centro de comercialização e distribuição da produção agropecuária e de seus derivados, bem como da produção agroindustrial e de serviços. Ampliação da Feira Livre. Programa de fortalecimento das atividades industriais e agroindustriais. Diagnósticos das atividades agroindustriais para a busca de linhas de crédito e parcerias. Elaboração de um projeto de qualificação de mão de obra para as atividades agroindustriais de Luís Gomes, principalmente relacionado à preservação. Resgate da culinária local, como casas de farinha, engenhos, comidas típicas, realização de feira de exposição de culinária local para fortalecimento do setor produtivo, casas de farinha, engenhos, comidas típicas durante a FENACUT. Programa de fortalecimento das atividades agrícolas ambientais adequadas. Realização de estudo de viabilidade socioeconômica e ambiental para a prática da piscicultura profissional com suporte das secretarias estaduais. Elaboração de projetos para a adesão às linhas de crédito, visando a melhoria de organização e da comercialização da agricultura familiar, além da aquisição de equipamentos adequados para o beneficiamento. Programa de fortalecimento das atividades agrícolas. Projeto de estímulo à agricultura orgânica e ampliação das hortas comunitárias na área rural. Incentivo ao beneficiamento e comércio dos produtos e apoio na busca de parcerias e acesso a linhas de crédito para o agricultor familiar. Ampliação das ações e parcerias de assistência técnica para os produtores rurais. Capacitação dos agricultores para a realização de métodos mais eficazes e eficientes de captação, armazenamento e uso econômico da água para atividades agrícolas. Fortalecimento e apoio produtivo à fruticultura local, como caju, pinha, pitomba e cana de açúcar. Realização de curso de capacitação para beneficiamento e escoamento produtivo da fruticultura local. Caju, pinha, pitomba e cana de açúcar das comunidades quilombolas. Realização de oficinas e cursos profissionalizantes para fortalecimento da cultura de produção de vassouras, tapetes, artesanato em barro, agudás, panelas, estruturas em madeira e etc. Programa de Fortalecimento e Estímulo das Atividades de Pecuária. Projeto de Estímulo ao Desenvolvimento da Apicultura, da Criação de Caprinos, Ovinos e Aves. Projeto de Apoio às Entidades de Produção e Beneficiamento dos Produtos Provenientes da Pecuária e Agricultura. Capacitação dos criadores de rebanhos bovinos, caprinos e ovinos, para disseminar tecnologias de aprimoramento e controle da qualidade e da produtividade dos rebanhos. Elaboração de um plano de qualificação profissional para os benefícios, para beneficiamento, embalagem, armazenamento e comércio de subprodutos ou derivados dos rebanhos bovinos,





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

caprinos e ovinos, como couro, ossos, leite, queijo, derivados das frutas, entre outros. Orientação aos criadores de rebanhos bovinos, caprinos e ovinos, para acessar linhas de crédito, visando o incremento da atividade. Programa de fortalecimento e estímulo das atividades de pecuária ambientalmente adequadas ao semiárido. Projeto de beneficiamento e armazenamento de forrageiras adaptadas ao semiárido, com o objetivo de disponibilizar alimento permanente e matéria-prima para a formação de reserva estratégica. Identificação e implementação de tecnologia para explorar os aspectos produtivos e minimizar os efeitos negativos do pastejo de caprino, bovinos e ovinos. Capacitação dos pecuaristas para métodos de maior eficiência e eficácia de captação, armazenamento e uso econômico da água para a pecuária.”

Darlania Leandro (CMT): “É isso, gente. A gente abre para dúvidas. Obrigada Neuma. Sugestões? A partir do levantamento que foi feito no diagnóstico, que a gente pode elaborar de propostas para a realidade do município. Se alguém tiver mais algo a acrescentar, ainda dá tempo. Certo? Eu vou passar agora a palavra para nosso colega Klinton dar continuidade à discussão sobre mobilidade e acessibilidade.”

Klinton Melo (CMT): “Obrigada. Muito bem, pessoal. Gostaria de convidar aqui agora a Ana Paula de Oliveira Gomes. Ela vai ser a relatora dessa temática, que é voltada para mobilidade e acessibilidade. A mobilidade é como você se locomove, a qualidade de como você se locomove dentro da cidade, como que está a infraestrutura relacionada a isso, e a gente trouxe propostas específicas para aprimorar essa mobilidade. E a questão da acessibilidade para as pessoas, principalmente o foco é nas pessoas que têm mobilidade reduzida, seja pessoas idosas ou o público PCD, as pessoas com deficiência. Então vou passar aqui a palavra para Ana Paula.”

Ana Paula de Oliveira Gomes, representante da sociedade civil de Luís Gomes/RN: “Bom dia, saúdo a todos os presentes. Me chamou Ana Paula e eu fiquei como relatora do tema de mobilidade e acessibilidade. Programa 8.1, programa de mobilidade e acessibilidade urbana. 1. Elaboração e implementação do plano municipal de mobilidade e acessibilidade do PMMA. 2. Promover articulação política visando a efetivação de uma atividade consorciada com os municípios da microrregião, objetivando o fornecimento de assistência técnica para a elaboração de projetos urbanos. 3. Hierarquização e adequação do sistema viário da zona urbana. 4. Elaboração e implantação de projeto de pavimentação, melhoria ou conservação das vias urbanas, implantação, adequação de meios, fios e sinalização. 6. Implantação de faixas de





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

pedestres nas vias com maior fluxo de carros e pedestres. 7. Elaboração de projeto para regularização de calçadas, implantação de rampas de acesso segundo leis e normativas específicas. Lei Federal nº 12.587/2012. 8. Elaboração de estudo técnico para promoção e adequação da arborização urbana, de acordo com as características construtivas e funcionais de cada via. 9. Elaboração de projetos para implantação de faixas de ciclovia e bicicletários pela cidade, voltada para a prática de lazer e esporte, bem como para utilização como meio de transporte. 8.2 Programa de Melhoria da Mobilidade Municipal. 1. Elaboração de Cadastro das principais estradas municipais, incluindo equipamentos de drenagem e circulação existentes. 2. Diagnóstico das estradas rurais e estabelecimento de um cronograma de recuperação e manutenção preventiva. 3. Priorização da pavimentação e manutenção das estradas rurais que interligam as comunidades quilombola à sede urbana. 4. Construção de passagens molhadas ou pontes nas principais vias rurais do município e manutenção das passagens molhadas existentes. 5. Execução da sinalização de trânsito vertical e horizontal nas vias urbanas e estradas rurais e elaboração de projetos para a solução de problemas existentes. 6. Elaboração de cooperação interfederativa entre municípios e a Polícia Militar do Rio Grande do Norte para ações de trânsito através de convênio para que a PMRN amplie suas ações de fiscalização e educação de trânsito. 8.3 Programa de Regulação e Regulação do Transporte Alternativo. 1. Regularização e organização do Serviço de Transporte Alternativo, disciplinando e distribuindo os pontos de parada em locais estratégicos da cidade. 2. Promoção de palestras e treinamento sobre educação para o trânsito via parceria com órgãos estaduais e federais de transporte, circulação e trânsito, por exemplo, o DER RN e DETRAN RN. 3. Levantamento de rotas de itinerários praticados pelo transporte alternativo, de forma de subsidiar o estabelecimento de possíveis novos itinerários e horários dando prioridade de atendimento às comunidades definidas como centralidades rurais. 4. Realização de parcerias e convênios com DER/RN e com DETRAN/RN para a capacitação dos servidores municipais, visando a regulamentação e fiscalização do transporte alternativo intra e intermunicipal e gestão do trânsito municipal. 8.4. Programa de Melhoria das Ligações Intermunicipais. 1. Articulação entre o Poder Público Municipal e a Secretaria do Estado de Infraestrutura com o Departamento de Estradas e Rodagens, DER/RN, e o Ministério do Turismo com vistas à construção do Terminal Rodoviário em consonância com ação 6.1.10.”





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Klinton Melo (CMT): “Agora vamos passar a palavra para o engenheiro Ozandir, que vai chamar a relatora, para falar sobre as infraestruturas. Palmas para a Ana Paula.” Ozandir Frazão, engenheiro ambiental e sanitarista do PBA 11: “Bom dia novamente a todos e a todas. Vou chamar minhas duas reladoras que é Maria Giziane Silva Feliciano e Maria do Carmo Ismael. As duas. O nosso tema, a proposta, ela trata sobre duas infraestruturas. A infraestrutura de saneamento básico que ajuda muito da água, como também a segurança hídrica, a quantidade que é disponibilizada, assim na zona urbana como rural, o esgotamento sanitário de forma adequada, tratada, a drenagem pluvial também que venha a captar a água e ter a sua destinação correta, o resíduo sólido que vem a ser reciclável e os seus rejeitos finais que vem a ser depositados em um aterro sanitário, adequadamente falando. E sobre as outras infraestruturas de energia elétrica, trata sobre iluminação pública, *internet*, para que venha a ter essa melhoria dentro do município, de uma forma sustentável, aproveitando fontes renováveis de energia para que isso venha amenizar os impactos ambientais. Vamos seguir aqui com Maria Giziane.”

Maria Giziane, secretária da Associação dos Pequenos Produtores de Lagoa de Pedra em Luís Gomes/RN: “Bom dia, eu sou Giziane da comunidade quilombola de Lagoa de Pedra e sou secretária da nossa Associação dos Pequenos Produtores do Sítio Santo Antônio em Lagoa de Pedra. Diretriz 9, ampliar progressivamente o acesso ao saneamento básico e outras infraestruturas, energia elétrica, telefonia, tecnologia da informação e comunicação e *internet*. Programa de acesso à água potável na zona rural e sede do distrito de São Bernardo. 9.1.1. Adequação e ampliação da Ambra, Agência dos Serviços de Abastecimento de Águas nas Localidades Rurais e Sede do Distrito de São Bernardo. Conforme proposta dos itens 9.1.2 e 9.1.3. Criação e capacitação técnica de uma comissão de segurança para o abastecimento de água na zona rural e sede do distrito, composta por representantes das localidades rurais da sede do Distrito de São Bernardo, da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Obra e Serviços Urbanos, do Conselho Municipal de Serviços Públicos de Saneamento Básico, e do Conselho Municipal de Meio Ambiente. 9.1. Programa de acesso à água potável na zona rural e sede do distrito de São Bernardo. Elaboração de um plano de ações com vistas à realização de readequações operacionais e estruturais dos sistemas de abastecimento no distrito de São Bernardo e localidades rurais abastecidas, conforme necessidades indicadas no Diagnóstico do Plano Diretor Municipal Participativo, tais como estruturas de concreto expostas, fissuras de pilares de sustentação dos





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

reservatórios, limpeza, entre outros. Controle sistemático da qualidade das águas subterrâneas utilizadas nos sistemas de abastecimento da zona rural sede do distrito, além da implantação do sistema de tratamento adequados. Elaboração de estudo breve de viabilidade técnica e econômica para definir a melhor forma de abastecimento para as localidades rurais não abastecidas. 9.1. Programa de acesso à água potável na zona rural e sede do distrito de São Bernardo. Elaboração de inventário dos domicílios rurais que dispõe de sistemas de capacitação de água da chuva e dos domicílios que ainda demandam esta infraestrutura. Adesão a programas estaduais ou federais para acessar recursos voltados para a ampliação do número de sistemas de capacitação de água das chuvas nos domicílios rurais. Adequação a programas federais ou estaduais para acessar recursos voltados para a implantação e ampliação e melhorias estruturais ou digestão dos sistemas de abastecimento na zona rural e sede do distrito. 9.1. Programa de acesso à água potável na zona rural e sede do distrito de São Bernardo. Adesão do programa federal Programa Brasil Quilombola, para acessar recursos voltados à implantação, ampliação e melhorias estruturais ou de gestão do sistema de abastecimento de água nas localidades quilombolas conforme o decreto 6.261 do ano de 2007. 9.2. Programa de Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água na Sede Municipal. Promover a articulação política visando a efetivação de uma atividade consociada com os municípios da microrregião objetivando o fornecimento de assistência técnica para a manutenção das estruturas de abastecimento de água. Criação e formação de uma comissão de segurança para o abastecimento de água na zona urbana, composta por representantes da CAERN, da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Obra e Serviços Urbanos e da Secretaria Municipal de Agricultura, com o objetivo de garantir a segurança, qualitativa e quantitativa do abastecimento fornecido pela CAERN, bem como viabilizar a vigilância e expressão da qualidade da água pela Secretaria de Saúde do município. 9.2.3. Elaboração de um plano de ações. Manutenção, reformas, sinalização, pinturas, limpeza e etc., para a realização e readequações operacionais e estruturais do sistema de abastecimento da sede municipal conforme as necessidades indicadas no diagnóstico do Plano Diretor Municipal Participativo. 9.2.4. Adesão a programas federais ou estaduais, visando acesso a recursos para a implantação, ampliação e melhorias estruturais ou de gestão dos sistemas de abastecimento na sede urbana. Elaboração de programas e projetos federais ou estaduais para acesso a recursos visando a implantação de descontos com contas de água. Contas com setor comercial da CAERN por práticas sustentáveis relacionadas ao abastecimento de água. 9.3.





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Implantação de sistema de esgotamento sanitário da área urbana. Articulação com a Secretaria de Estado do Planejamento do Orçamento e Gestão, CEPAM, para viabilizar a ampliação e operação do sistema de esgotamento sanitário na sede urbana do município de Luís Gomes. Solicitação do projeto básico de esgotamento a CEPAM, quando este for elaborado e avaliação da área de abrangência e de cobertura desde além da localização da estação e de tratamento do esgoto. Eliminação dos lançamentos de esgoto *in natura* nos cursos de água contaminadas do município. Adesão a programas federais ou estaduais, visando ao acesso recursos para implantação, ampliação e melhorias estruturais ou de gestão dos sistemas de esgotamento sanitário da sede urbana. 9.3. Implantação de sistema de esgotamento sanitário da área urbana. Elaboração de programas e projetos federais ou estaduais para acesso a recursos visando o código tributário municipal com implantação do IPTU verde em edificações no município de Luís Gomes estabelecendo benefícios fiscais aos participantes do programa ao esgotamento sanitário. 9.4. Acesso ao esgotamento sanitário na área rural e sede do distrito de São Bernardo. Elaboração de estudo breve e viabilidade técnica e econômica, EPVTE, para proposição de sistemas de tratamento dos esgotos sanitários na zona rural e sede do distrito de São Bernardo, considerando a ação 9.4.2. Incentivo ao apoio à implantação de técnicas de baixo custo no tratamento sustentável dos esgotos, como sanitários secos, valas de infiltração, bacia de evaporação, de evapotranspiração, *wetlands*, e tratamento com disposição no solo, dentre outros visando a reutilização do efluente final na agricultura familiar de forma sanitariamente segura e compatível com a realidade natural e cultural local. São sistemas que recriam ambientes naturais aquáticos, nos quais as plantas tratam os influentes pela depuração. De acordo com os docentes, esta técnica tem sido usada em vários países para tratamento secundário e terciário de esgoto e recuperação de rios degradados. Acesso ao esgotamento sanitário na área rural e sede do distrito de São Bernardo. Adesão de programas federais ou estaduais visando ao acesso a recursos para a implantação, ampliação e melhorias estruturais ou de gestão dos sistemas de esgotamento sanitário na área rural e sede do distrito. A adesão ao programa federal, Programa Brasil Quilombola, para acessar recursos voltados à implantação, ampliação e melhorias estruturais da gestão do sistema de esgotamento sanitário nas localidades quilombola conforme o decreto 6261/2007. 9.5. Programa de Melhoria da Gestão de Resíduos Sólidos. Implantação de sistema de coleta seletiva, considerando as ações previstas nos itens. Implementação e operação do consórcio intermunicipal para a gestão dos resíduos sólidos, mediante parcerias com o Consórcio





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Oeste Potiguar. Apoio para criação e fortalecimento de associação de coletores de materiais recicláveis e buscar de parcerias para criação e ampliação de cooperativa com outros municípios da gestão. Articular com os empreendimentos da construção civil e pequenos construtores modelos para estruturar e ampliar sistema de planos de gerenciamento de resíduos da construção civil conforme estabelecido no plano intermunicipal de resíduos sólidos da regionalização do alto oeste. 9.5.5. Ampliação e melhoria da coleta na sede urbana, sede do distrito de São Bernardo, centralidades e concentrações rurais. Adequação dos veículos e equipamentos de segurança utilizados na coleta de resíduos. Treinamento e melhoria das condições de trabalho dos coletores de resíduos e melhoria da eficiência do serviço de coleta. Realização de campanhas de conscientização da população para colaboração na implantação da coleta seletiva. 9.5.9. Cadastramento de agentes e iniciativas de coleta de materiais recicláveis na zona rural e implantação de unidades de coleta de resíduos recicláveis nas comunidades apontadas, como centralidades rurais e concentrações rurais. Implantação de um centro de triagem e armazenamento de material reciclável. Consolidação do Consórcio Internacional Multifinalitário dos Municípios do Oeste Potiguar. Substituição do destino final do lixo, lixão por aterros sanitários. 9.5.13. Elaboração de um plano de recuperação ambiental para a área utilizada como lixão. Incentivo a doação de técnicas para aproveitamento dos resíduos orgânicos domésticos na área rural. Relação de campanhas de conscientização e elaboração no processo de fiscalização da implantação de sistemas de lógicas reserva, conforme estabelece na lei federal 12.305/2010, para os seguintes produtos: embalagens várias de agrotóxico, pilhas, baterias, pneus, óleos lubrificantes e suas embalagens, lâmpadas fluorescentes de vapor, sódio e mercúrio de luz mista, produtos eletrodomésticos e seus componentes. 9.5.16. Articulação para incentivo de economia circular, considerando os seguintes domésticos industriais: agrossilvipastoril. Eletrônico de construção civil, de produção de lâmpadas com vapores de mercúrio, de saúde relacionado, produtos perigosos, conforme estabelece a Lei Federal 12305/2010. Adesão a programas federais ou estaduais para acessar recursos visando a implantação, ampliação e melhorias estruturais de gestão relacionadas aos resíduos sólidos. Elaboração de programas e projetos federais ou estaduais para acesso a recursos visando o Código Tributário Municipal com implementação do IPTU verde em edificação no município de Luís Gomes estabelecendo benefícios fiscais aos participantes do programa dos resíduos sólidos. 9.5.19. Adesão ao programa federal, Programa Brasil Quilombola, para acessar recursos voltados





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

à implantação e ampliação e melhorias estruturais da gestão de resíduos e limpeza nas localidades quilombolas, conforme o decreto 6261/duzentos7. Obrigada a todos e desculpem pelos erros”.

Ozandir Frazão (CMT Engenharia): “Obrigado, Giziane. Vou chamar agora a próxima relatora, Maria do Carmo”.

Maria do Carmo, Agente de Saúde do Distrito de São Bernardo: “Oi gente, boa tarde já. Então eu tive o prazer de acompanhar desde o princípio e carinhosamente aqui, diante de todos, estou com muita saudade da nossa amiga Yanca, que hoje não está aqui, mas está em nossos corações, que acompanhou desde o início. E vamos lá. Eu sou Maria do Carmo Ismael. Com muito orgulho sou agente comunitária de saúde. Um cheiro aí para as nossas colegas. Trinta e três anos de agente de saúde, graças a Deus. Estou presidente da Associação ACAJBA de São Bernardo. E aqui estamos nós, fechando hoje com chave de ouro a terceira audiência. Programa de manejo sustentável das águas pluviais. Eu vou passar esse 9.6.1 porque já está ficando tarde. Elaboração de levantamento topográfico na zona urbana, expansão urbana e delimitação precisa dos cursos d'água, linhas de drenagem e áreas sujeitas à inundação. Restrição de ocupação das áreas sujeitas a alagamento e cabeceiras de cursos d'água. Elaboração de estudo técnico para avaliação de ocupações em áreas sujeitas a inundações, linhas de drenagens e cursos d'água canalizadas. Implantar ou adequar sistemas de micro drenagens nos setores em que há ocupações consolidadas em linhas de drenagem mediante confirmação de ausência de risco. Incorporação nas diretrizes de parcelamento do solo do município e em processos de licenciamento de novos loteamentos de princípios de drenagens urbanas sustentável, com o controle do escoamento na fonte considerado no diagnóstico do Plano Diretor Participativo. Adesão a programas federais e ou estaduais para acessar recursos para elaboração de projetos voltados à implantação, ampliação ou melhorias estruturais ou de gestão de sistemas de drenagens urbanas. Adesão ao programa federal, Programa Brasil Quilombola, para acessar recursos voltados a implantação, ampliação e melhorias estruturais da gestão de drenagem pluvial nas localidades quilombolas, conforme o decreto número 6261/2017. 9.7.1, aliás, 9.7. Programa de acesso à energia elétrica, iluminação pública, telefonia e *internet* na zona rural e sedes do município e do distrito de São Bernardo. 9.7.1. Adequação e ampliação da abrangência dos serviços de iluminação pública. Criação de um conselho de segurança para o abastecimento de energia elétrica, iluminação pública, telefonia e *internet* na zona rural, sede municipal e distrito, composto por representantes





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

das localidades rurais, das sedes municipal e do distrito, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e do Conselho Municipal de Meio Ambiente. O objetivo é fiscalizar e auxiliar na melhoria das infraestruturas supramencionadas. Promover a articulação política e institucional visando a efetivação de uma atividade consociada com os municípios de Luís Gomes, Major Sales, José da Penha e Paraná, os quais compõem a área diretamente afetada, no ramal do Apodi, objetivando o fornecimento de assistência técnica para atendimento das atividades de energia elétrica e iluminação pública. Elaboração de um plano de ações com vistas e readequações operacionais e estruturais dos sistemas no distrito e localidades rurais abastecidas conforme necessidades identificadas no diagnóstico do Plano Diretor Municipal Participativo. Buscar fomento no Conselho Estadual de Meio Ambiente do Rio Grande do Norte, CONEMA. Elaboração de programas e projetos federais e/ou estaduais para acesso a recursos, visando a implementação de programas de letramento digital. Promover a colaboração política e institucional para a elaboração de programas e projetos federais ou estaduais no município, buscando ampliar o programa Cidades Digitais do governo federal através do Ministério das Comunicações, MCOM. Articulação do MCOM e com o MCTI promove a implementação de programas e projetos desenvolvidos pelas tecnologias da informação e comunicação, TICs, instituindo projetos de cidades inteligentes voltadas para a tecnologia em políticas públicas e no meio ambiente. Adesão ao Programa Federal, Programa Brasil Quilombola, para acessar recursos voltados à implantação, ampliação e melhorias estruturais para o fornecimento de energia elétrica, telefonia e *internet* nas localidades quilombolas conforme o Decreto nº 6.261, de 2007. Pronto, pessoal. A gente termina por aqui essa etapa.”

Uyara Vasconcelos, (mestre de cerimônias), anunciou o intervalo para o almoço e foi feita uma pausa na audiência pública.

Klinton Melo (CMT): “Eu vou chamar a próxima relatora, que a gente vai falar sobre o tema de habitação. E assim, a gente já está acabando, então a gente sabe que é muito exaustivo. Muita coisa, muito tema. Mas lembrando que isso tudo é pensando a longo prazo, são dez anos, então a gente tá pensando o desenvolvimento, e aí tem que ser muita coisa mesmo, já que a gente quer a melhoria. Então a gente tá pensando em tudo, é bem amplo, mas faz parte. É só um dia, tá acabando. Então eu vou chamar aqui de novo a Ana Paula de Oliveira Gomes. A gente vai falar agora sobre o tema das políticas voltadas para habitação, são propostas para a moradia digna e a





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

terra urbanizada, levando em consideração o déficit habitacional que foi identificado no município, isso foi apontado no diagnóstico, e agora a gente vai trazer as propostas aqui relacionadas a esse tema. Vou passar aqui para a Ana Paula”.

Ana Paula de Oliveira Gomes, representante da sociedade civil de Luís Gomes/RN: “Boa tarde mais uma vez, vamos dar continuidade. Eu fiquei como relatora do tema habitação. 10.1. Programa de estruturação institucional para política habitacional. 1. Elaboração da implantação do plano local de habitação de interesse social em consonância com ação 14.4.2. 10.2. Oferta de terra urbanizada para todos os segmentos sociais. 1. Implantação de zonas especiais de interesse social ZEIS tipo 1, ocupações irregulares e assentamentos precários, e ZEIS tipo 2, vazios urbanos. Associação da elaboração dos planos de urbanização. 2. Adoção de IPTU Progressivo no Tempo ou em sessão de IPTU de acordo com as peculiaridades do imóvel. 3. Adoção da concessão de direito real do uso, CDRU. 4. Concessão de uso especial para fins de moradia. 10.3. Programa de melhoria das habitações urbanas e rurais. 1. Proposição de projetos, parcerias ou convênios e outras esferas governamentais. Exemplo, Ministério das Cidades, FUNASA, CAIXA, Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e Assistência Social, dentre outros, para execução de ações voltadas à construção de habitações de interesse social, atreladas Ações de melhorias habitacionais conforme demanda local. 2. Execução de melhorias habitacionais nas comunidades rurais, que apresentam maiores carências e deficiências habitacionais. 3. Elaboração de estudo técnico para identificar e destinar áreas para assentamentos rurais de interesse social. 4. Promover articulação política visando a efetivação de uma atividade consorciada com os municípios da microrregião, objetivando o fornecimento de assistência técnica em habitação de interesse social. 5. Elaboração de projetos de urbanização. 6. Elaboração de projetos de melhoria da infraestrutura urbana do distrito de São Bernardo. 7. Elaboração de execução do plano de urbanização de cada ZEIS, tipo 1 e 2.”

Klinton Melo (CMT): “Obrigada Ana Paula, palmas pra ela gente, por favor. Alguém tem alguma dúvida, algum comentário? Bom, então vamos passar para o próximo tema da assistência social da Darlania, tema de saúde.”

Darlania Leandro (CMT): Boa tarde, gente, novamente. Gostaria de convidar a Francisca Neuma pra contribuir, na leitura das propostas. E falar que esse tema é o tema mais afeto da gente, uma





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

das demandas principais que os municípios têm por que envolve toda a população, porque a saúde é universal.”

Francisca Neuma, servidora pública do CRAS de Luís Gomes/RN: “Diretriz 11, aperfeiçoar, desculpa gente, boa tarde! Aperfeiçoar a política municipal de saúde segundo os preceitos constitucionais e as diretrizes da universidade, integralidade, equidade, descentralização, regionalização e hierarquia. Racionalidade, eficiência, eficácia e da participação social estabelecidos pelo Sistema Único de Saúde, SUS. Programa de dimensionamento e adequação dos serviços de saúde no município. Celebração de acordo com a gestão regional, a Sexta Universidade Regional de Saúde pública, USAP, da Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Norte, SESAP, para execução do plano da adequação do dimensionamento, dimensionamento, não? É porque está separado, do dimensionamento dos serviços de saúde de Luís Gomes em função das demandas identificadas no Diagnóstico Municipal. Articulação com a regional, a Sexta Universidade Regional de Saúde Pública, USAP, da Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Norte para a realização de exames complementares compatíveis com os critérios estabelecidos pelo SUS, de acordo com a demanda existente no município. Elaboração de um plano de humanização conforme os princípios da política nacional de humanização da atenção e gestão, Humaniza Sistema Único de saúde SUS, para um suporte maior na estrutura hospitalar. Regulação eficaz de vinte e quatro horas dos serviços de transporte e acompanhamento de pacientes para as cidades referência, além da implantação de uma base de atendimento do serviço de atendimento móvel de urgência, SAMU-192, no município de Luís Gomes/RN. Programa de aprimoramento dos equipamentos e serviços ambulatoriais. Ampliação e melhoria dos meios de transportes para pacientes das centralidades rurais e distrito, visando facilitar o deslocamento para acesso aos serviços de saúde no Hospital Regional Vereador Antônio Linhares de Luís Gomes/RN, Hospital Regional Doutor Cleônido Carlos de Andrade em Pau dos Ferros/RN, Hospital Regional Tarcísio Maia em Mossoró e Hospital Monsenhor Alfredo Gurgel RN. Ampliação do serviço municipal de transporte de pacientes de Luís Gomes, especialmente para transferências de pacientes do Hospital Municipal Vereador Carlos de Andrade em Pau dos Ferros/RN, Hospital Regional Tarcísio Maia em Mossoró e Hospital Monsenhor Alfredo Gurgel, RN, cidade referenciada. Reformulação do sistema de marcação e agendamento de consultas de atenção básica da rede municipal de saúde, com a implantação desses serviços nos bairros





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

urbanos e nas centralidades rurais, visando melhorar o atendimento da população distrital e das localidades rurais. Programa de fortalecimento de controle epidemiológico, mapeamento das principais doenças ocorridas no município, especialmente aquelas de veiculação hídrica e transmissíveis por vetores. Realização de campanhas de prevenção e combate a hipertensão arterial e ao diabetes. Programa de aprimoramento das ações preventivas e de promoção da saúde coletiva. Investimento na promoção da saúde através da ampliação e mapeamento das atividades educativas e dos grupos coletivos de forma articulada entre as políticas sociais, saúde, assistência social e educação. Formação e implantação de programas para o público infantil, adolescentes, jovens e idosos, como educação sexual, prevenção de gravidez precoce e planejamento familiar voltado aos adolescentes. Aprimoramento das estratégias de saúde da família. Ampliação da equipe da estratégia de saúde da família, ESF. Melhoria das condições de trabalho dos agentes comunitários de saúde e agentes comunitários de endemias de maneira a proporcionar melhores condições de atendimento às famílias e localidades inseridas na estratégia de saúde da família.”

Darlania Leandro (CMT): “Então, obrigado, Neuma. Eu vou continuar, porque se não fica muito cansativo. Então, o tema é educação. O tema educação é um tema bem particular. O município é uma cidade que tem vários polos educacionais e a intenção de discutir sobre esse tema é exatamente o fortalecimento dessa política. Que é um fortalecimento cada vez mais incisivo da política de educação. Então, um dos programas propostos foi melhoria. O programa de melhoria já está realizado pelo sistema municipal de ensino. Elaboração de diagnóstico detalhado sobre a situação das escolas municipais, no que se refere às modalidades e sistema de ensino oferecidos. Número de alunos, quadro de funcionários, merenda e transporte escolar, entre outros. Melhoria e adequação dos veículos de transporte escolar de Luís Gomes. Implantação do programa escola em tempo integral do Ministério da Educação. Diagnóstico dos equipamentos existentes necessários para o bom funcionamento de estabelecimentos escolares. Realização de melhorias prediais e da infraestrutura dos estabelecimentos escolares e creche municipal. Instalação de laboratórios de robótica e informática, salas de leitura, bibliotecas e áreas de lazer e recreação nas escolas, prioritariamente nas comunidades identificadas como distritos e centralidades rurais. Foi identificado através do diagnóstico e através também das leituras comunitárias, a necessidade de reutilização de prédios escolares desativados. Então, a gente propôs a realização de estudo





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

técnico para definição de uso, de novos usos dos prédios escolares desativados, segundo as principais demandas locais, instalação de equipamentos e disponibilização de pessoal para atender as finalidades estabelecidas no planejamento. Programa de estimula alfabetização de jovens e adultos, EJA, acerca da adequação do conteúdo e metodologia do EJA para superar debilidades identificadas e contemplar as características da localidade. Estruturação do sistema de monitoramento e avaliação da educação de jovens e adultos, EJA. Programa de reeducação do modelo pedagógico de educação regular para a educação do campo. Implantação de educação do campo nas escolas rurais da rede municipal de ensino público. Grade curricular voltada para professores habilitados para administrar aulas de educação do campo. Articulação com o governo federal e estadual para instalação de escolas, de família agrícola, nos prédios públicos e as escolas desativadas. E utilização do material de apoio didático, educação e semiárido dos novos olhares, novos caminhos nos prédios e nas escolas em funcionamento. Promoção e articulação interinstitucional via instrumento de cooperação com órgãos governamentais, através da Escola de Governo do Rio Grande do Norte, vinculada à Secretaria de Estado e Administração e Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte, Emater, para promoção de cursos sobre técnicas de cultivo e beneficiamento de produtos agrícolas, agropecuários e apícolas. Programa de Desenvolvimento Sociocultural tendo como base o envolvimento da comunidade e ambiente local. Elaboração e execução de projeto de educação ambiental e plano de ação visando o uso sustentável e a preservação dos recursos naturais. Elaboração de projeto de educação ambiental e plano de ação visando a recuperação, preservação e convivência com o bioma caatinga. Elaboração de projeto de educação ambiental e plano de ação visando a gestão dos resíduos sólidos. Se vocês lembram, essas propostas se articulam com as propostas que foi colocada por Ozandir e também com o de Klinton, porque quanto mais ações voltadas para isso, melhor o município vai potencializar, principalmente por se tratar de um município que tem exploração na área ecológica. Então, precisa sim focar nessas ações. Programa de apoio ao ensino superior profissionalizante tecnológico, a inclusão digital e incentiva a participação comunitária nas escolas. Elaboração de estudo para identificar com acurácia as demandas na área de ensino técnico e profissionalizante. Articulação institucional e celebração de convênios para viabilizar a implantação de programas da Escola Aberta e Conexão de Saberes nas escolas de Luís Gomes. Desenvolvimento de atividades comunitárias e de lazer, esporte, cultura, arte e informação. Formação inicial para o trabalho e geração de renda para as comunidades no entorno das escolas





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

nos finais de semanas. Articulação institucional para o programa de formação inicial e continuada FIC do Ministério da Educação, que oferece qualificação profissional por meio de cursos via Pronatec. Programa de apoio ao ensino superior profissionalizante tecnológico. A inclusão digital incentiva a participação comunitária nas escolas. Realização de parcerias e convênios com estabelecimentos, instituições de formação técnica e/ou profissional contemplando a demanda regional. Articulação com a Secretaria de Telecomunicações, CETEL, do Ministério da Ciência e Tecnologia, MCTI, para ampliação do Programa de Inclusão Digital na sede do município, nas localidades rurais e no distrito. Programa de Valorização e Conservação da Cultura e da História de Luís Gomes. Elaboração de implementação de um plano municipal de cultura. Elaboração de inventário dos locais e das manifestações culturais, relevância histórico cultural para o município. Instituição da política municipal de preservação do patrimônio histórico e cultural. Catalogação das festas e eventos tradicionais existentes no município. Contratação de profissional, de difusão de atividades culturais nas locais e nas escolas. Programa de valorização e conservação da cultura. Tópico Doze, a inserção de elementos de grupos culturais na arte e educação nas escolas, nos programas sociais como serviço de convivência e fortalecimento de vínculos e para o jovem, como a banda musical. Projeto de estímulo e apoio às entidades ligadas à cultura dos povos tradicionais quilombolas e a produção da cultura local. Projeto de valorização da identidade local, cultural e histórica municipal. Capacitação da comunidade artística para a elaboração de projetos de inserção em programas governamentais e não governamentais de estímulo às atividades culturais, como, por exemplo, os pontos de cultura. Programa de implantação, acesso, ampliação e melhoria dos espaços de esporte no município, também entrando em consonância com a proposta que foi abordada pelo engenheiro e arquiteto. Mapeamento das equipes e dos equipamentos de esporte existentes no município, elaboração de um plano de atividades esportivas para a população de Luís Gomes, estudo de viabilidade para a implantação de equipamentos e disponibilização de espaço para atividades esportivas no município, recuperação e ampliação de campos e quadros de futebol nas comunidades rurais. Programa de fomenta ao turismo no município de Luís Gomes. Elaboração de plano para o desenvolvimento do turismo no município, com mapeamento de atividades existentes e de modalidades potenciais, como turismo de base comunitária, turismo pedagógico, turismo de aventura e ecoturismo em consonância com o decreto número 20.624, de 17 de julho de 2008 e institui o Polo Turístico Serrano e da Outras Providências. Vocês sabiam disso? Que o município de vocês está incluído entre os municípios em





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

destaque dentro do estado do Rio Grande do Norte como potencial turístico. Se você entra no site da Secretaria de Turismo, você vê lá o município de Luís Gomes. Implantação de um ponto de atendimento ao turista de Luís Gomes e instalação de monumento que remeta a identidade cultural das comunidades tradicionais quilombolas. Então, por ter duas potenciais comunidades quilombolas aqui, então chega em Luís Gomes, como é que eu sei que tem comunidade quilombola? Eu preciso ir lá, no Coati, na Lagoa do Mato? Não, eu preciso saber, a chegar na sede da cidade, que aqui tem comunidades tradicionais. Então, tem que lembrar o turista e já chamar atenção para isso. Olha, a gente tem, a gente vai ter esse espaço de lazer e, principalmente, equipamentos voltados para isso que eu vou falar através de potencial turístico. Implantação de um ponto de atendimento ao turista em Luís Gomes, instalação do monumento que remete a essas comunidades, estimular o empreendedorismo das comunidades tradicionais quilombolas em Luís Gomes, principalmente para o ramo alimentício, já que tem esse histórico cultural evidenciado através das leituras comunitárias. Implantação de infraestrutura de apoio à prática de esportes como o voo de asa delta ou de parapente, tirolesa e prática de rapel na Cachoeira do Relo, na comunidade do Lagoa de Pedra, fomentar o desenvolvimento nas comunidades Pitombeira e Araras, implantação de infraestrutura de apoio à prática de esportes e culinária nas localidades. Isso potencializará o empreendedorismo e atrairá mais visitantes para a realização de rally na zona rural. Elaboração de plano de monitoramento de atividades turísticas que verifique a viabilidade e impactos ambientais, sociais e econômicos dessa inserção. Programa de proteção cultural às comunidades quilombolas. Resistência de patrimônio histórico e cultural em material focado nas comunidades quilombolas em Luís Gomes. Elaboração de projetos de cultura que favoreçam o fortalecimento e apoio dessas comunidades. Difundir as práticas e manifestações culturais das comunidades quilombolas como danças típicas e culturais e implantar o Centro Cultural de Vivências e Memórias Quilombolas em Luís Gomes. Programa de fomentar o turismo no município de Luís Gomes. Implantação de infraestrutura de apoio à prática de esporte. E o próximo tópico é a discussão sobre assistência social. A gente teve o acesso à apresentação dos serviços de convivência, que faz esse apoio às comunidades em situação de vulnerabilidades presentes no município. Então a política de assistência é uma das mais necessárias, principalmente em municípios de pequeno porte como este. Então assistência social, ela precisa sim ser fortalecida. E a diretriz é a aperfeiçoar a política de assistência social no município, segundo as diretrizes da Loas, da estrutura do sistema único de assistência e das





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

condicionalidades dos programas de transferência direta de renda do Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, MDS. Então quais são os programas? O programa para melhoria do sistema integrado de assistência social em Luís Gomes, através de elaboração de um diagnóstico integrado de todas as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência, de modo a facilitar a avaliação, o controle e monitoramento das ações. Aperfeiçoamento e manutenção de um sistema de informações sobre os usuários da política. Elaboração de um plano de capacitação permanente do quadro de profissionais dos SUAS em Luís Gomes, conforme preconiza a NOB SUAS RH. Implantação de espaço para ampliação de ações de serviço no distrito de São Bernardo e nas localidades rurais. A assistência tem que também ser descentralizada. Não adianta existir só os serviços aqui. Tem que levar para as comunidades rurais, seja itinerante ou seja fixo, um serviço utilizando os equipamentos. Implantação de espaço para ampliação de ações de serviços. Fortalecimento de parceria do Centro de Referência de Assistência Social em Luís Gomes com o Ministério Público e incorporações policiais para possibilitar denúncia, averiguação, controle e punição do ato de violação de direitos individuais e coletivos da população. Melhoria da divulgação do papel do CRAS, do CREAS, do Conselho Tutelar, do Conselho do Idoso como catalizadores de denúncias e encaminhamentos referência à violação dos direitos humanos. Instituir o Conselho Municipal de promoção da igualdade racial, é incoerente um município ter comunidades tradicionais quilombolas e não ter um conselho que apoie, que discute temáticas relacionadas à população quilombola. Promoção de campanhas e esclarecimentos sobre as responsabilidades, inclusive penais, de todo aquele que contribui direto ou indiretamente para a violência contra os direitos humanos, independentemente de ser, por negligência ou missão, dolo ou culpa. Também importante o programa de prevenção em combate ao alcoolismo e ao uso de drogas através da criação de um grupo ligado ao CREAS formado por pessoas dependentes de álcool e outras drogas como acompanhamento social e psicológico, realização de campanhas educativas envolvendo escolas e associações de comunidades rurais e urbanas como mecanismo de envolver a população nas ações de combate ao alcoolismo, consumo e venda de bebidas alcoólicas aos menores e de prevenção ao uso das drogas. E voltado para criança e adolescente, um programa de defesa dos direitos das crianças e adolescentes, com a criação de mecanismos de fortalecimento do Conselho Tutelar para estímulo das denúncias e intervenções contra a venda, consumo e bebida alcoólica e outras drogas a menores de idade, a exploração sexual infantil e a pedofilia, articulação com as





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

entidades governamentais e não governamentais, com a vara da infância e juventude estadual, situada em Pau dos Ferros, na elaboração de um projeto para coibir crimes de maus tratos, violência familiar e pedofilia no município. Projeto de readequação e ampliação do programa de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para contemplar maior número de adolescentes em âmbito municipal. Elaboração de projetos municipais para complementar os programas do governo federal de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. Programa de inserção e promoção social da juventude. Realização de curso de capacitação, formação e inserção profissional da juventude urbana e de comunidades tradicionais. Ampliação do projeto de formação de grupos de convivência para a área rural, contemplando o maior número de crianças, jovens e idosos, era adolescentes. Estímulo a criação de grupos que realizem ações culturais, esportivas e de formação profissional no município, ampliar a participação da juventude local. mapeamento do número de jovens, formação de grupos de trabalho junto às comunidades tradicionais, realização de oficinas de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários junto a estas comunidades tradicionais. Programa de Defesa dos Direitos das Mulheres. Aumento efetivo e capacitação de funcionários da Secretaria Municipal de Assistência, visando construir a igualdade e a equidade de gênero considerando todas as diversidades, raça, etnia, orientação sexual, deficiências e questões geracionais, articulação com CREAS e implantação do centro de referência especializado para atendimento a caso de violência contra a mulher ou como caso de passagem, realização de campanha em parceria com CRAS, CREAS, Polícia Militar e demais órgãos de assistência, saúde, educação e segurança sobre os direitos da mulher, principalmente em todos os sítios da zona rural. Essa aqui foi uma demanda colocada nos cadernos de leituras comunitárias. Ampliação das ações destinadas à formação profissional, às atividades de convivência e cooperação entre as mulheres. E programa de defesa dos direitos dos idosos. Através de um projeto de ampliação de programas e ações voltadas para a população idosa. Disponibilização de espaço adequado ao funcionamento de encontros de grupos de idosos, principalmente na zona rural. Elaboração e execução de um plano de atividades continuadas de convivência entre si e com as demais faixas etárias para aprimorar a utilização do Centro de Convivência para o Idoso. A próxima diretriz, eu queria que você apresentasse. Ela trata da questão da segurança pública e defesa civil, que é uma demanda local na melhoria desses serviços, o direito de cidadania.”





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Francisca Neuma, servidora pública do CRAS de Luís Gomes/RN: “Implantar órgãos e mecanismos de segurança pública e de defesa civil visando à redução de ocorrência e da intensidade de desastres e ao atendimento de situações de emergência. Programa de proteção do patrimônio público e institucionalização de instrumento e mecanismos de defesa civil. Articulação com o Sétimo Batalhão de Polícia Militar. Da terceira companhia de Polícia Militar de Pau dos Ferros para aumento da frequência de rondas na área rural por meio de patrulha rural. Criação de sistema de vídeo monitoramento e sistema de informação criminal. Ampliação de assistência às vítimas e prevenção da violência doméstica e violência de gênero. Implantar órgãos e mecanismos de segurança pública e de defesa civil.”

Darlania Leandro, assistente social do PBA 11: “Obrigada. Esse último tema, não menos importante, mas seguindo a ordem, ele é o tema que é mais cativo da gente, por conta dessa particularidade que o município tem comunidades tradicionais e que precisam ser fortalecidas. Então a gente indica a criação de mecanismos que fortaleçam os direitos da população quilombola no município, já que tem um percentual representativo de pessoas, são mais de mil pessoas convivendo nessas comunidades quilombolas. Então não pode se comparar com um município que não tem comunidades quilombolas. O resgate histórico é fundamental. Então é implantar órgãos e mecanismos que garantam os direitos fundamentais das comunidades quilombolas no município. E o programa que a gente previu foi o programa de proteção do patrimônio material e da promoção da igualdade racial, através da formulação de políticas destinadas à promoção da integração social da população quilombola e fortalecimento dos aspectos culturais presentes nas comunidades. E a criação do Conselho e do Fundo Municipal de Políticas Públicas de Promoção e Igualdade Racial. Toda política pública só funciona se ela tiver um CPF, como todo cidadão. O conselho, o plano e o fundo. Porque se a gente tiver o conselho e não tiver o fundo, não tem dinheiro. E sem dinheiro a gente não faz nada. Então é fundamental que essas demandas sejam cobradas por vocês. Para que futuramente a gente visite Luís Gomes e seja turista de Luís Gomes. E usufruindo desses benefícios que a gente sugeriu. Então, obrigada pela participação e obrigada a todos. Vou passar a palavra agora à Isabelly, que vai fazer a discussão sobre a organização institucional.”

Isabelly Carvalho, técnica (CMT): “Boa tarde pessoal, me chamo Isabelly. A gente vai tratar da temática organização da gestão pública municipal, que foi baseada no diagnóstico institucional.”





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

As propostas foram baseadas com o intuito de fomentar a administração pública e potencializar mais a organização do município de Major Sales, Luís Gomes. Tem alguém da prefeitura aqui? O seu Júlio, a Secretária de Educação, a de Assistência. É importante essa temática aqui para dar efetividade a tudo que foi falado anteriormente. Eu convido agora a Ana Gracilda. Obrigada pela participação.”

Ana Gracilda, secretária municipal de educação: Boa tarde. Eu sou a Ana Gracilda e estou como secretária municipal de educação do município. O tema é Estrutura e Organização da Gestão Municipal. Programa de capacitação e treinamento do servidor público municipal. Então, dentre as ações que foram elencadas aqui, nós temos: elaboração por intermédio de grupo de trabalho de um Diagnóstico institucional detalhado que determina as deficiências qualitativas na área de recursos humanos pelos órgãos competentes dos poderes executivos e legislativos. Capacitação e treinamento dos servidores públicos municipais das áreas administrativas. Operacionalização de equipamentos de informática tais como desktop, notebooks, impressoras etc. e técnica, visando a melhoria do atendimento direto e indireto do público em geral. Apoio financeiro por meio da concessão de subsídios pela administração pública via lei municipal autorizativa a servidores públicos e municipais dos poderes, executivo e legislativo, que desejem fazer cursos técnicos ou de nível superior, com prioridade para os cursos correlatos aos cargos ocupados na gestão municipal. Aplicação das disposições do Estado do servidor público municipal, em especial as relativas aos deveres e condutas proibidas dos servidores. Treinamento e capacitação dos ocupantes de cargos de chefia, direção e assessoramento. Diretriz. Só isso mesmo? Programa de reestruturação à continuidade. Fortalecimento das Secretarias Municipais de Agricultura e Assistência Social com treinamento e capacitação, visando a qualificação dos servidores públicos lotados nestes órgãos públicos. Fortalecimento das Secretarias Municipais de Cultura, Obras e Serviços Urbanos, realizando o treinamento e capacitação, objetivando a qualificação dos servidores públicos lotados nestes órgãos públicos. Fortalecimento do Conselho de Desenvolvimento Ambiental. Fortalecimento do Conselho do Idoso. Fortalecimento do Conselho Municipal Antidrogas e dá outras providências. Estabelecimento de medidas administrativas e compra prioritária de equipamentos que visem eficiência e eficácia dos servidores das áreas administrativas e técnicas, instalação de controle de ponto eletrônico e de outras ferramentas, visando a apuração de produtividade e assiduidade dos servidores públicos. Implementação de





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

melhorias no âmbito do trabalho, tais como: melhoria das ferramentas de trabalho, computadores, impressoras etc. Implementação do sistema de informações municipais e intranet, visando o melhor atendimento ao público em geral. Programa de adequação de normas municipais em conformidade com o Plano Diretor Municipal Participativo. Ações: revisão do Plano Plurianual Participativo, PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO, da Lei Orçamentária Anual, LOA, do Código Tributário Municipal e da Lei de Organização Administrativa do Poder Executivo Municipal. Elaboração e aprovação da lei de criação do plano local de habitação de interesse social, as FIS, em conformidade com o subtema 10.1.1. Criação da coordenadoria de fiscalização, tendo a competência de natureza fiscalizadora, seja para demandas de natureza urbanística, seja para demandas de natureza ambiental. Implementação do plano municipal de saneamento básico e criação do Conselho da Cidade. Já é outro. Programa de organização e publicidade da documentação institucional e do Banco de Dados do município. Ações: reestruturação e organização do acervo da documentação institucional do município de Luís Gomes, por meio de técnicas de biblioteconomia e arqueologia, arquivologia objetivando a melhoria da organização documental dos acervos físico e digital. Criação de um sistema informatizado com dados, informações e documentos do poder executivo municipal com acesso interno pelos servidores públicos municipais às informações, dados e documentos elaborados no âmbito do poder executivo municipal, *intranet*. Programa de Publicidade e Informatização do Poder Público Municipal. Ações: aprimoramento, compreendendo a atualização e ampliação do conteúdo do portal oficial do Poder Executivo Municipal, Administração Municipal na *internet*, com informações sobre a organização institucional, execução de políticas públicas setoriais, vem como a publicação de atos administrativos infralegais, portarias, instruções de serviços etc. e de dados oficiais, processos licitatórios em formato PDF, calendário de festas, eventos e informações de interesse público. Programa de articulação institucional. Ações: Promoção de articulação e ações. junto ao Ministério do Meio Ambiente e Mudanças de Clima, Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, Criação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação, Lei nº 13.153/2015. A Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte, SEMAR, visando a implementação, em um futuro próximo, de políticas públicas de mitigação ou reversão do processo incipientes de desertificação do município de Luís Gomes. A cooperação institucional entre o município de Luís Gomes e o Estado do Rio Grande do Norte por intermédio da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, Ministério Público Estadual e





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

a Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos do Rio Grande do Norte. Objetivando o recebimento de denúncias, controle e punição sobre os atos de violação contra as crianças e os adolescentes. Cooperação institucional entre o município de Luís de Gomes e o Estado do Rio Grande do Norte por intermédio da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, o Ministério Pública Estadual e o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, objetivando o recebimento de denúncias, controle e punição sobre os atos e transgressões contra os direitos humanos. Diretriz 17. Garantir a gestão democrática do município na elaboração, implantação e monitoramento de políticas públicas. Implantação de instâncias de participação popular e sistema de acompanhamento e controle. Ações: criação e implantação do Conselho Municipal de Desenvolvimento com representação do poder público municipal e da sociedade civil dos diversos segmentos e regiões do município. Capacitação por meio da celebração de instrumentos de cooperação com órgãos e entidades dos governos federal, estadual, dos conselhos municipais e dos servidores administrativos designados como membros da equipe de apoio dos conselhos municipais. Atualização, elaboração e aprovação da lei municipal, institucionalizando a ampliação da participação social na elaboração das leis orçamentárias, Lei do Plano Plurianual, Lei das Diretrizes Orçamentárias, LDO, e a Lei Orçamentária Anual, LOA. Fomento da ampliação da aplicação dos instrumentos de gestão democrática da cidade, prevista no Estatuto da Cidade. Pronto? Foi muito bom participar. Essa é a terceira audiência. Estive presente em todas as três. Sempre com o objetivo de conhecer mais a fundo o meu município, os seus problemas e quais serão as resoluções que a gente pode trazer para que a gente tenha um desenvolvimento do nosso município e, em consequência, também o desenvolvimento do nosso povo. Muito obrigada.”

Isabelly Carvalho (CMT): “Obrigada, Ana Gracilda, pela participação. Obrigada, pessoal, pela participação. Foi o último tema. E agora eu vou passar a palavra para a doutora Camila”.

Camila Andrade (CMT): “Heróis da Resistência. E aí, gostaram? É isso? Lembram do que o doutor Alexandre falou lá no início? Eu vou... Lembra do slide que eu passei? Acho que não dá pra voltar, não, tem mais de duzentos slides aí. Que a gente agora, a CMT, o Ministério, encerra o trabalho aqui, e o Núcleo Gestor continua, certo? Eu vou inclusive no grupo de WhatsApp, eu vou designar alguém pra ficar de administrador e vou deixar vocês. Certo? A gente está à disposição. O Ministério vai entregar para a Prefeitura esse material e acompanha, porque vai para a Câmara,





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

vai ser votado, vai virar orçamento. E depois do orçamento vira o quê? Obra, intervenção, zeladoria urbana, não é isso? Então, a partir do que a gente apresentou aqui, vocês consideram esse documento de propostas e os zoneamentos estão aprovados? Sim. Sim? É isso mesmo? Então tá, muito obrigada. Eu vou passar aqui para a Uyara, para ela encerrar. De antemão, já convido vocês para a gente fazer uma foto oficial no final.

Maria do Carmo, Agente de Saúde do Distrito de São Bernardo: “Gente, eu estou aqui não como Maria do Carmo Ismael, mas sim como um habitante do nosso município, Luís Gomes. E quero só agradecer, a minha palavra é só gratidão, que eu não planejei nada. Gratidão a esses anjos que vieram de tão longe com suas respectivas responsabilidades, que não é fácil, desde o motorista até o grau mais alto. E não é fácil. A gente que trabalha com o público, com pessoas, com mentes, não é fácil, de jeito nenhum. Só sabe que a gente já trabalha há um tempão. E minha palavra aqui é gratidão, em nome de todos os habitantes de Luís Gomes, da gestão, secretarias, populações, as comunidades rurais, que eu sou comunidade rural, que eu sou de São Bernardo, lá, infelizmente ainda é considerado, mas como eu falei, que quem sonha realiza. E tudo isso que a gente viu desde o princípio, eu falei em Yanca porque era Yanca que estava no princípio, mas que vocês todos são anjos de Deus, que chegaram a Luís Gomes com o propósito de fazer tudo isso para nós. E eu tenho certeza, viu, Uyara, tenho certeza, vocês todos levam de Luís Gomes um abraço carinhoso de todas as pessoas que não conseguem dar esse abraço para vocês, certo? E que a gente possa se encontrar num futuro bem próximo que esses sonhos, que seus sonhos se tornem realidade. Em especial, lá para a minha comunidade, São Bernardo, quando eu falo São Bernardo, eu já fico nervosa só em pensar numa água, numa água que está bem pertinho de chegar nas nossas torneiras, que é um sonho também, não só meu, como moradora de lá, mas da população sofrida. Quando eu digo sofrida, é sofrer. Quando você tem um pai de 86 anos, que teve início de pneumonia, porque pegou água na caixa que chegou tarde, não é fácil. Eu estou aqui, mas o meu pensamento está lá, no meu pai, que chegou água ontem. Vocês são provas? Três horas da tarde enquanto estávamos em uma reunião. Gente, isso dói a gente saber que não depende só de nós, não depende só de Tututa, não depende só de uma pessoa. Infelizmente, nós temos uma vida de hierarquia. Não sou uma formiguinha como um agente de saúde, não. Eu sou agente de saúde com orgulho. E não é fácil. Eu só quero agradecer a vocês em nome de todas aquelas pessoas que vão ser beneficiadas. Se não sou eu, mais vai ser os meus sobrinhos, vai ser





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

os nossos netos que vai ter acesso a isso aqui. Vai ter acesso, eu tenho certeza que lá em nós, não somente nos quilombolas, que eu aprecio de montanha, eu sou apaixonada por os quilombolas, não somente eles, mas nossa, São Bernardo, lá no distrito, cinco quilômetros daqui até lá, que as nossas estradas vocês viram que já está quase completinha de calçamento. Dessa estrada todinha tá calçada, pra algo chegar em nossas torneiras, pra mim não ver e nem brigar. Porque quando eu saio de casa pra ir lá pra casa, a mãe diz, pelo amor de Deus, não vai brigar não. Eu digo, mãe, eu não vou brigar. Eu vou pegar água igual as outras pessoas estão pegando. Que eu não consigo. E digo, Deus, vai chegar o momento da água chegar aqui nas torneiras. E esse sonho vai se tornar realidade, eu tenho certeza. Então, um abraço carinhoso pra vocês. Uyara, que eu aprendi a gostar igual a uma irmã, Nathan, que eu também aprendi a gostar igual a um irmão. Enfim, todos vocês, são os nossos irmãos e anjos. Muito obrigada. Luís Gomes está de portas abertas para receber vocês em qualquer dia, horário, final de semana, feriado. Conte comigo para receber vocês também na minha casa, na casa dos meus pais. Enfim, Luís Gomes, com certeza, agradece a vocês pelo trabalho.”

Camila Andrade (CMT): “Yusney tá aí, gente? Venha cá, cadê ele? Ô Yusney Márcio. Arrasou! Gente, além de agradecer a todos vocês, vários aqui, como a Dona Gracilda, que estão aqui desde o início, eu aproveitei o momento para agradecer a nosso ponto focal aqui no município, Yusney, que foi quem fez acontecer junto com a equipe da prefeitura, junto com a gente, com nossos colegas, como está ali, Nathan, Devim, Rodrigo, os meninos aqui, Klinton, João, Ozandir, Uyara, Darlania, Isabelly, é tanta gente, à Mariana que saiu, nossa coordenadora geral. E eu queria aproveitar para agradecê-lo, sem a participação de vocês, sem o empenho dele. Também aproveitem o ensejo para agradecer a seu Júlio, sempre presente, que está aqui desde o início com a gente, não é seu Júlio? Dando a honra aí da presença, das contribuições. Então é isso. Eu queria que a gente aplaudisse. E esse aplauso também vai para todos que trabalharam, a equipe da filmagem. Você vê que é um trabalho poderoso, coletivo. A gente uns precisam dos outros. Como é que tu vai viver segunda-feira sem eu te ligar? (risos na plenária) Então é isso. Eu vou passar para Uyara aqui que vai fazer o encerramento. Obrigada!”

Uyara Vasconcelos, mestre de cerimônias (CMT): “Queremos agradecer a todos os presentes na terceira audiência pública do Plano Diretor Municipal Participativo de Luís Gomes, que teve por finalidade levar ao conhecimento público a consolidação do material que irá compor o Plano





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Diretor Municipal Participativo daqui de Luís Gomes. Por fim, agradecemos a presença de todos e damos por encerrada a terceira audiência pública do Plano Diretor Participativo Municipal. Agradecemos a todos os envolvidos, direta e indiretamente, no processo deste evento, desde a equipe técnica do PBA11, ao Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, aos gestores municipais, aos líderes comunitários e demais participantes que tornaram esse momento possível. Muito obrigada.”

No final do evento, todos se reuniram para registrar a fotografia oficial da Terceira Audiência Pública do Plano Diretor Municipal Participativo de Luís Gomes/RN.

4. ENCAMINHAMENTOS

- Revisão final dos produtos referentes a esta etapa final de propostas do Plano Diretor Municipal Participativo de Luís Gomes/RN, de forma a compatibilizá-lo com as contribuições recebidas durante a Terceira Audiência Pública ora em tela.
- Elaboração da Minuta do Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal Participativo de Luís Gomes/RN.

5. REGISTROS FOTOGRÁFICOS



Foto 01. Credenciamento e entrega de glossários à população para a Terceira Audiência Pública do PDMP em Luís Gomes/RN. (07/08/2024).



Foto 02. Explicação dos mapas durante a Terceira Audiência Pública do PDMP em Luís Gomes/RN. (07/08/2024).



5. REGISTROS FOTOGRÁFICOS



Foto 03. Abertura oficial da Terceira Audiência Pública do PDMP em Luís Gomes/RN pelo representante do MIDR, Dr. Alexandre Fontenelle (07/08/2024).



Foto 04. Apresentação cultural do grupo Xaxado Mirim, na Terceira Audiência Pública do PDMP em Luís Gomes/RN. (07/08/2024).



Foto 05. Apresentação cultural de jovens Maculelê, na Terceira Audiência Pública do PDMP em Luís Gomes/RN. (07/08/2024).



Foto 06. Fala da representante a CMT Engenharia Ambiental, Mariana Pacheco, na Terceira Audiência Pública do PDMP em Luís Gomes/RN. (07/08/2024).



Foto 07. Fala dos representantes da CMT, João Pereira (CMT) e sua relatora, Eliene Maria, na Terceira Audiência Pública do PDMP em Luís Gomes/RN. (07/08/2024).



Foto 08. Fala do representante da CMT, Kinton Melo (CMT) e sua relatora, Ana Paula, na Terceira Audiência Pública do PDMP em Luís Gomes/RN. (07/08/2024).



5. REGISTROS FOTOGRÁFICOS



Foto 09. Fala da representante da CMT, Camila Andrade, na Terceira Audiência Pública do PDMP em Luís Gomes/RN. (07/08/2024).



Foto 10. Explanção sobre os mapas produzidos do zoneamento do município, Terceira Audiência Pública do PDMP em Luís Gomes/RN. (07/08/2024).



Foto 11 Fala da representante da CMT, Darlania Leandro e sua relatora, Francisca Neuma, durante Audiência Pública do PDMP Luís Gomes/RN. (07/08/2024).



Foto 12. Fala do representante da CMT, Ozandir Frazão e sua relatora, Maria Giziane, na Terceira Audiência Pública do PDMP em Luís Gomes/RN. (07/08/2024).



Foto 12. Fala do representante da CMT, Ozandir Frazão e sua relatora, Maria do Carmo, durante na Audiência Pública do PDMP em Luís Gomes/RN. (07/08/2024).



Foto 14. Intervalo para o almoço na Terceira Audiência Pública do PDMP em Luís Gomes/RN. (07/08/2024).



5. REGISTROS FOTOGRÁFICOS



Foto 15. Comunidade em plenária na Terceira Audiência Pública do PDMP em Luís Gomes/RN. (07/08/2024).



Foto 16. Momento da Fotografia oficial da Terceira Audiência Pública do PDMP em Luís Gomes/RN. (07/08/2024).



MINISTÉRIO DA
 INTEGRAÇÃO E DO
 DESENVOLVIMENTO
 REGIONAL

6. ANEXOS

Anexo I. Lista de Presença

RAMAL DO APODI **LISTA DE PARTICIPANTES**
 Data 11/08/24 Local Sabão Pesquisa Objetivo 3º município Luís Gomes

NOME	INSTITUIÇÃO/LOCALIDADE	EMAIL	TELEFONE
Maria Luíza da Silva Fribino			
Lívia Bezerra de Silva			
Maria Antonia da Silva			
Maria Fátima da Conceição			
Maria Genivalda da Silva			
Maria Rosilene da Silva			
André de Souza			
Luciano da Silva			
Diene R. da Silva			
Maria do Carmo Tomaz			
ALEXANDRE FONSECA			
Átona			
Anna Maria R. de Oliveira			
Monica Norma C. da Silva			
Robsonete Nete de Oliveira			
Antônio A. da Silva			
Francisco de A. C. Santos			



66
 ATA/APODI/C/2024-24



MINISTÉRIO DA
 INTEGRAÇÃO E DO
 DESENVOLVIMENTO
 REGIONAL

6. ANEXOS

Anexo I. Lista de Presença

RAMAL DO APODI		LISTA DE PARTICIPANTES		CMT ambiental	
		Data: 18/08/24 Local: Sessão Plenária Objetivo: 3º semestre 2024			
NOME	INSTITUIÇÃO/LOCALIDADE	EMAIL	TELEFONE		
André Almeida Coutinho da Silva					
Ygora C. Paracombas					
João Magalhães					
Melicia Tiburcio da Silva					
Antonino Silveira de Neta					
Murilo F. F. Soares Costa					
Oralleia Pontes Sousa Silva					
MAI RUND DA SILVA					
Adriana Pontes de Alencar					
Regiane Rosa L. Oliveira					
Dra. Daniela Brito					
Dulce Maria Araújo Alencar					
Ana Regina Mendes					
Ana Luíza de Azevedo					
R. Joannice					
José Samuel Da Silva Júnior					
João Antonio da Silva Araújo					



67
 ATA/APODI/CJ/2010-24

6. ANEXOS

Anexo I. Lista de Presença

RAMAL DO APODI LISTA DE PARTICIPANTES
Data: 28/08/21 Local: Santa Pauleta Objetivo: 3º aniversário Luis Gomes

NOME	INSTITUIÇÃO/LOCALIDADE	EMAIL	TELEFONE
Cláudia Maria de Jesus Silva			
Valéria de Oliveira Fide			
Mônica Maria de Almeida			
Paula Luciane Farias			
David Wilson Dantas			
Aluísio Moura dos Santos Oliveira			
Luís Roberto de Jesus Jr.			
Laura Paula dos O. Gomes			
Georgina Evangelina G. de Almeida			
Ana Flávia da Silva			
Marcelo Prudente de Silva			
Diana Maria de Jesus de Almeida			
Monizete dos Passos Pereira			
Franisco José de Oliveira			
Renata Estácio Rodrigues Costa			
Marta de Oliveira			
Maria de Fátima A. Silva			

6. ANEXOS

Anexo I. Lista de Presença

RAMAL DO
RA APODI

LISTA DE PARTICIPANTES

Data 08/08/24 Localização Raciunial Objetivo 3º audiência Luis Gomes

CMT ambiental
REGISTRADA

NOME	INSTITUIÇÃO/LOCALIDADE	EMAIL	TELEFONE
Alvares Rodrigo da Silva			
Regiane Marisa da S			
Levanete Kegera			
Marin Travençolo			
Elaine Tavares da Silva			
Maria Ceilide da Silva			
Leandro Rios			
Vera Paula da Silva			
Luciane Tavares Boff Rosen			
Vaní Antônio Nogueira da Silva			
Maria Apuriscia Fernandes			
Tatiana de Souza			
Adriana Maria da Silva			
Robson de Oliveira			
Adriana B.C. Brancal			
Luiz Roberto			
Apriana Tavares da Silva			



6. ANEXOS

Anexo I. Lista de Presença

RAMAL DO
RA
APODI

LISTA DE PARTICIPANTES

Data: 08/08/24 Local: Sociedade Paroquial Objetivo 3ª subdiocese Luís Gomes

CMT ambiental
organiza

NOME	INSTITUIÇÃO/LOCALIDADE	EMAIL	TELEFONE
<i>Francisco do Nascimento</i>			
<i>Francisco do Nascimento</i>			
<i>Francisco do Nascimento</i>			
<i>Francisco do Nascimento</i>			
<i>Francisco do Nascimento</i>			
<i>Francisco do Nascimento</i>			
<i>Francisco do Nascimento</i>			
<i>Francisco do Nascimento</i>			
<i>Francisco do Nascimento</i>			
<i>Francisco do Nascimento</i>			
<i>Francisco do Nascimento</i>			
<i>Francisco do Nascimento</i>			
<i>Francisco do Nascimento</i>			
<i>Francisco do Nascimento</i>			
<i>Francisco do Nascimento</i>			
<i>Francisco do Nascimento</i>			
<i>Francisco do Nascimento</i>			
<i>Francisco do Nascimento</i>			
<i>Francisco do Nascimento</i>			
<i>Francisco do Nascimento</i>			
<i>Francisco do Nascimento</i>			
<i>Francisco do Nascimento</i>			
<i>Francisco do Nascimento</i>			





6. ANEXOS

Anexo II. Link do Vídeo, na íntegra, da 3ª Audiência Pública do Plano Diretor Municipal Participativo de Luís Gomes/RN

https://drive.google.com/drive/folders/1S8wvXEeOZVoSSjoKzFlixZyPoXxcZ7Ca?usp=drive_link



PODER LEGISLATIVO

GABINETE DO PRESIDENTE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 09/2024.

O Presidente da Câmara Municipal de Luís Gomes/RN, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art.16 da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 32, inciso XI, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, CONVOCA as Senhoras e Senhores Vereadores para se fazerem presentes na 10ª (Decima) Reunião Ordinária, que realizar-se-á no dia 30 de Agosto de 2024, às 19:00 horas, no Plenário da Sede do Legislativo.

Câmara Municipal de Vereadores de Luís Gomes/RN, 27 de Agosto 2024.

FRANCISCO DE ASSIS ARAUJO SILVA
Presidente

10ª (Decima) REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE LUÍS GOMES-RN, NO 2º (SEGUNDO) PERÍODO DO 4º (QUARTO) ANO LEGISLATIVO, BIÊNIO 2023/2024, QUE REALIZAR-SE-Á EM 30 DE AGOSTO DE 2024, ÀS 19:00 HORAS.

PAUTAS DOS TRABALHOS

– Apreciação e deliberação da Ata da Nona Sessão ordinária da Câmara Municipal de Luís Gomes, do 2º (segundo) Período, do 4º (quarto) ano Legislativo, Biênio 2023/2024.

PEQUENO EXPEDIENTE:

– Destinado especificamente para o vereador que apresente algum requerimento, indicação ou outras proposições e deseje tecer comentários sobre a matéria, além de breves comunicações. Para isto não pode exceder 05 minutos de duração.

GRANDE EXPEDIENTE:

– Destinado para pronunciamento individual do vereador inscrito previamente com a secretário da mesa, para tratar de qualquer assunto de interesse público, pelo prazo máximo 30 minutos.

DOCUMENTOS EXPEDIDOS:(sem movimentação)

DOCUMENTOS RECEBIDOS (sem movimentação)

ORDEM DO DIA.

– Leitura e Discursão do Projeto de Lei nº013/2024, Dispõe sobre as diretrizes orçamentarias para elaboração e execução da lei orçamentaria anual para o exercício financeiro de 2025 e da outras providencias.

– Leitura do projeto de Lei 001/2024 do poder legislativo que dispõe sobre o Regimento interno da câmara.

Câmara Municipal de Vereadores de Luís Gomes/RN, 27 de Agosto de 2024.

PUBLICAÇÕES A PEDIDO

Sem matéria para esta edição.

EXPEDIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUÍS GOMES/RN

Endereço: Rua Cel. Antônio Fernandes Sobrinho, Nº 300
Centro- Luís Gomes/RN – CEP 59.940-000

Prefeito Municipal: Carlos Augusto de Paiva

Secretário Mun. de Administração: Feliciano Neto de Oliveira

Imprensa Oficial do Município de Luís Gomes/RN

E-mail: doluisgomes@gmail.com